



Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas dezasseis horas e quinze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro, no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Na anterior reunião da Câmara foi aqui levantada uma questão por uma munícipe e, entretanto, isto teve eco até no jornal “*Diário da Região – O Setubalense*”. Creio que é importante haver aqui uma clarificação nessa matéria, até porque já várias vezes vieram esses esclarecimentos, mas eu acho que nunca é demais, para que a questão não fique no ar, por assim dizer. Tem a ver com o tal material que está a ser aplicado naquela obra da várzea e que, como já foi aqui assegurado, não tem qualquer tipo de inconformidade ou muito menos ilegalidade.

Eu não sei se é possível ou se, porventura, já está emitido até algum esclarecimento da parte da Câmara que eu desconheça. Se já estiver, então a minha questão já deixa de ser pertinente. Se não estiver, eu voltava a apelar que isso pudesse ser esclarecido, que é para não ganhar os contornos que, obviamente, não deve ganhar, acima de tudo por aquilo que é uma obra emblemática e já foi até várias vezes elogiada por toda a gente.

Portanto, voltaria, novamente, a fazer esse apelo, porque a questão continua a ter eco e eu acho que é importante que seja clarificada da melhor forma possível.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Relativamente a esta questão, nós mantemos aquilo que tinha sido dito na última reunião. Apenas a única diferença é que, agora, a comunicação social também pediu os mesmos esclarecimentos e obteve exatamente a mesma resposta.

Portanto, o produto que está a ser usado para compostagem na obra da várzea é um produto que é fabricado pela Amarsul, tem todos os certificados técnicos correspondentes, a Amarsul fez prova disso junto, também, da comunicação social, e da nossa parte estes são os esclarecimentos devidos. Nós não temos mais nenhuma novidade relativamente a esta questão.

Sra. Presidente – Em relação a isso, estava aqui o Dr. Álvaro a informar-me que tem documentos escritos, para enviar, quer para o PS, quer para o PSD, com os esclarecimentos dessas entidades e que amanhã, sem falta, estarão nos vossos gabinetes.

Quero dar aqui duas informações. Uma de que, na base de um projeto comunitário de que Setúbal faz parte, em representação de Portugal, que faz parte desse projeto comunitário, que foi ganho pela terceira ou quarta vez. A União Europeia premiou como um projeto de boas práticas entre países e entre cidades desses países, que tem que ver com a sensibilização na área da juventude, do desporto, da cultura, da inclusão social e do ambiente, como boas práticas destes países e troca de experiências, em relação a estas temáticas o que é que se espera para a Europa.

Portanto, é um projeto que é financiado pela União Europeia na totalidade, desde as passagens, ao alojamento e às refeições. Estava Portugal, representado por Setúbal, e estavam a Macedónia, a Espanha, a Itália, a Roménia e a Bulgária. Foi extremamente importante. Houve um Parlamento Jovem e, portanto, Setúbal ficou em segundo lugar nesse Parlamento Jovem, porque levámos jovens de Setúbal. Foi para nós, também, muito gratificante na perceção que os nossos jovens têm da importância da União Europeia para os europeus, para todos nós.

Foi também preocupante perceber que muitos países da Europa só sabem que é importante viajar, as pessoas deslocarem-se, terem livre circulação e poderem ir viajar sem terem que apresentar o passaporte, a não ser o cartão de identificação dos seus países. Isto é assim algo preocupante e, portanto, vimos que era um trabalho a desenvolver, esta sensibilização

h

dos jovens em relação ao porque é que nós temos que estar na Europa, porque é que é importante a Europa.

De seguida, fui à maior feira de cruzeiros do mundo, em Miami, onde fui pela primeira vez, a convite da APSS. Estavam representados todos os continentes e foi interessante perceber que normalmente vão a estas feiras portos e de Portugal foram o porto do Funchal, dos Açores, de Leixões, de Portimão, de Lisboa, do Porto e de Setúbal. O único porto que levou a sua câmara municipal foi o porto de Setúbal, o que é também significativo da excelente relação que existe entre o porto de Setúbal e a Câmara Municipal.

Nós estávamos numa banca em que não havia APSS e Câmara de Setúbal, era Setúbal. Fomos e acho que tivemos muitos proveitos, até por força disso, porque os operadores dos outros países acharam muito interessante que a cidade e o porto fossem só uma única coisa e não tivesse ali dois nomes. Os outros, como não tinham lá a cidade, também eram a Administração do Porto de Leixões ou do Porto de Sines - estava Sines, também - o que revela também, segundo eles, desses portos, distanciamento, que existia em Setúbal entre a cidade e o porto. Também revela um pouco isso, há ali afastamento. Portanto, em Setúbal hoje não se sente isso no âmbito das boas relações e de nós puxarmos os dois para o mesmo sítio, que se chama Setúbal.

Estivemos ali juntos com resultados interessantes. Ficámos a saber que há muita dificuldade na deslocação dum grande cruzeiro para a nossa cidade. Primeiro, por causa do calado; segundo, porque, normalmente, estes grandes cruzeiros fazem paragem nas grandes cidades, e estamos a falar de Lisboa, que é logo aqui ao lado, e não vão parar daí a umas horas num porto numa cidade mais pequena. Mas, para estas cidades mais pequenas, nesta organização, para os pequenos cruzeiros, os chamados cruzeiros temáticos ou para os mega-iates.

Nos mega-iates já temos quatro empresas, de várias nacionalidades, que no próximo mês vêm a Setúbal para encetarmos já negociações de paragem. São pessoas que não gostam de parar nas grandes cidades, por causa da confusão. Gostam, sim, de vir direccionados para as pequenas cidades.

Eles contavam que havia a empresa Intercruises que há dois meses atrás tinha um mega-iate que vinha da Austrália e queriam visitar o Mercado do Livramento, o que é extremamente interessante.

Não conseguiram um bom contacto com a Câmara, e tentaram contactar com a APSS. Não conseguiram o contacto exato e acabaram por ir visitar o mercado de Olhão, o que foi pena, porque eles vinham direccionados para um dos dez melhores mercados do mundo e tinham na sua rota o Mercado do Livramento.

Portanto, esperemos que, no futuro, comece a haver rotas neste sentido.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Na última reunião não estive cá, porque estive em representação do Município, numa delegação a Jaca, que é uma pequena cidade na base dos Pirenéus, num exercício internacional na UME - Unidade Militar de Emergência espanhola, que é uma entidade que reúne todas as forças armadas de Espanha e o exercício envolveu 3500 participantes.

O exercício foi conjunto com as forças nacionais marroquinas e francesas e teve 50 observadores internacionais de 18 países. Desses 50 observadores internacionais, 49 eram representantes de estruturas nacionais e um, no caso de Setúbal, representante de uma estrutura local.

Em simultâneo, a nossa equipa de resgate trabalhou com a UME. Foi a única estrutura local, desde sempre, que trabalhou com a UME até hoje, pelo reconhecimento da qualidade de trabalho da nossa equipa de resgate, que tem tido relações regulares com a UME, e ficou estabelecido que iríamos fazer um protocolo de cooperação em termos formativos e de parceria formativa com essa unidade.

É muito importante, na medida em que é uma das mais prestigiadas unidades europeias de emergência e que reconheceu, essa qualidade nas nossas estruturas e quer enviar pessoas para partilharem connosco e que nós vamos treinar com eles de uma forma regular e sistemática.

Portanto, era deixar esta nota, tendo em conta que foi um momento, de prestígio para Setúbal, nesta área concreta da proteção e socorro e da sua capacidade de ação e intervenção.

Sra. Presidente – Esqueci-me de dar aqui uma outra informação. Na nossa delegação iam o porto, a Câmara e a Lisnave. Esqueci-me de referir a Lisnave. A Lisnave não ia lá porque lhe apeteceu passear, cuidado com isto. Há gente que não sabe o que há-de fazer à vida nem ao tempo, nem como ocupar o tempo e diz coisas dessas assim.

Portanto, a Lisnave já lá vai pela terceira ou quarta vez e também é uma fonte de captação de trabalho para a Lisnave. Já estão a vir para a Lisnave barcos de cruzeiro, para serem reparados.

A delegação era a Lisnave, a Câmara e o porto, exatamente para captação de trabalho. Quem não percebe nada disto, enfim, diz aquilo que sabe e o que não sabe, porque as redes sociais é o que dão.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu a moção “45.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 – Dia da Liberdade”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8:

“Ao recordarmos o 25 de Abril de 1974, o pensamento remete-nos, desde logo, para os capitães de Abril, que em boa hora organizados no chamado movimento dos capitães, derrubaram a ditadura que amordaçou o povo Português durante mais de quatro décadas.

Ato heroico daqueles que, servindo a Pátria, abnegadamente a entregaram ao Povo. Povo esse que não se fez rogado e nesse mesmo dia, transformou aquilo, que poderia ter-se tornado num golpe Militar, numa autêntica Revolução.

A partir desta data nada mais seria igual. O povo gritou Liberdade, Igualdade, Fraternidade, e no 1º de Maio seguinte, demonstrou isso mesmo, no maior movimento de Rua, a que jamais assistimos em Portugal. Eram milhares, se não mesmo milhões, que por todo o País saíram à rua a festejar a liberdade conquistada. Foi esta a histórica e inolvidável Revolução dos cravos que, sem derramamento de sangue, transformou por completo o nosso País, conquistando a Democracia popular e forjando um novo horizonte coletivo de esperança, livre e democrático para o povo português. As Prisões foram abertas e os presos políticos cantaram liberdade, a censura foi abolida e a imprensa livre foi instaurada, florescera em Portugal a intemporal primavera de abril.

Neste ano em que celebramos o 45ª Aniversário desta intemporal efeméride, a revolução do 25 de Abril de 1974, o eterno dia da Liberdade, continua e continuará a marcar a nossa história através da luta pelas conquistas de Abril, como o direito à saúde, à educação, à habitação, à coesão social e territorial, pilares basilares de uma sociedade livre e democrática.

O 25 de Abril é e será sempre sinónimo de liberdade e de esperança, e hoje mais do que nunca em Portugal, na Lusofonia, na Europa e no Mundo há que continuar a levantar bem alto esta bandeira dos direitos, das liberdades e das garantias fundamentais e inalienáveis deste abril bem vivo, bem real e cheio de esperança e sem donos.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Já que estamos a falar do 25 de Abril, gostaria de felicitar a Câmara Municipal pela realização do vídeo alusivo ao 25 de Abril.

Felicitamos, lamentando, também, a ausência dos vereadores da oposição no grupo que cantou abril. Certamente não terá sido pelos dotes vocais, mas pela realização, que achou que não seria importante estarmos todos os partidos representados nesse grupo.

4

Pela parte do Partido Socialista, nós entendemos que abril é de todos. Abril é uma data de Liberdade, de Democracia e nós, Partido Socialista, sempre celebrámos abril na nossa cidade e sempre cantámos a canção de abril.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Leu a saudação “25 ABRIL”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9:

“Por que temos de continuar a comemorar e a saudar uma revolução que aconteceu há 45 anos, num dia de que apenas se lembram os que já ultrapassaram há muito os anos de juventude?”

Porque, como escreveu a escritora setubalense Alice Brito no seu mais recente romance intitulado “A Noite Passada”, naquele dia “a luz dos olhos todos era tanta que deixava as sombras inconsequentes. Sentia-se que tínhamos começado a pertencer à humanidade”.

Nesta emoção resume-se o que se sentiu naquela madrugada luminosa. Ali começou nova jornada para milhões de portugueses cansados de pobreza, guerra, opressão. Uma jornada em que os caminhos se bifurcaram, em que tudo foi possível porque, afinal, aquele era o primeiro dia do resto das nossas vidas.

Saudemos, pois, os 45 anos de uma revolução luminosa e de um dia que nos autorizou, finalmente, a seguir os caminhos da democracia, do progresso e da justiça.

Nas promessas de abril ainda por cumprir reside boa parte da necessidade de celebrar a revolução que, ano após ano, festejamos para continuar a exigir uma sociedade mais justa em que todos possam viver de acordo com os seus sonhos e aspirações; uma sociedade em que a democracia vá muito para lá dos mecanismos de participação eleitoral que conquistámos naquele dia em que “começámos a pertencer à humanidade”.

Em Setúbal damos, todos os dias, passos em direção a uma democracia mais justa, mais aperfeiçoada. Fazemo-lo com os instrumentos que o Poder Local Democrático instituído depois do 25 de Abril nos deu, mas também com novos instrumentos de participação das populações nas decisões que lhes dizem respeito.

Aqui, nesta cidade do Sado, cumprimos abril com o desenvolvimento permanente do concelho para que todos tenham mais acesso a uma vida com mais qualidade; para que sejamos, cada vez mais, uma terra de oportunidades para os que aqui vivem e para todos os que nos procuram.

É preciso continuar a trabalhar para colocar Setúbal no mapa, para valorizar a nossa cidade e o nosso concelho.

Para que continuemos a ser sempre uma terra de abril!”

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Da minha parte, da parte do PSD, naturalmente associamo-nos àquilo que é a celebração do 25 de Abril, que é o que é mais importante.

Com toda a sinceridade, creio que o 25 de Abril é um ponto, um marco na nossa história, que estabelece um princípio com que todos nós estamos de acordo, que todos nós defendemos, todos nós vivemos.

Eu, especialmente, sou um privilegiado, porque nasci e participo na política já depois do 25 de Abril acontecer e, portanto, valorizo aquilo que são os princípios ganhos todos os dias e, naturalmente, que acho que é fundamental assinalar esta data.

Aquilo que, depois, é a vivência do 25 de Abril que cada partido faz, a forma como aproveita ou deixa de aproveitar, como estabelece aquilo que são os rumos do país, creio que isso foi uma liberdade que nós ganhámos. E a liberdade determina que os eleitores, em determinada altura, digam que, numa determinada câmara municipal, é um partido que estabelece os rumos, noutro é outro partido e no país, porventura, até outro partido, também, mas, felizmente, nunca nenhum de nós questiona a legitimidade de cada um desses representantes e essa é a principal vitória que nós temos com a democracia.

Resta-nos, como é evidente, um caminho muito longo para que a democracia chegue a outros patamares, como a democracia económica, a democracia social, que nós ainda não estamos minimamente perto daquilo que são os inícios de alguns outros países. Falta-nos ainda muita capacidade, muita democraticidade, naquilo que é a aplicação da democracia para a

ascensão de classes, para a progressão. De facto, esse é um caminho a percorrer, onde cada partido defende a sua causa, naturalmente, mas aí ainda temos muito a fazer. Como é evidente, não podia deixar de lembrar isto no 25 de Abril.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Leu a saudação “1.º de Maio – Dia que celebra a luta diária dos trabalhadores”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10:

“O Dia do Trabalhador, celebrado a 1 de maio, tem na sua origem a data da primeira grande manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago e na greve geral em todos os Estados Unidos no ano de 1886. No nosso País, os trabalhadores Portugueses assinalaram o 1.º de maio no primeiro ano da sua celebração internacional, em 1890.

Mas o 1.º de Maio postula-se como muito mais do que uma celebração internacional da união dos trabalhadores, como muito mais do que o reconhecimento dos primórdios das organizações de defesa dos trabalhadores e como muito mais do que o assinalar das primeiras reivindicações de direitos laborais. O 1.º de Maio é, por excelência, a celebração de um progresso e de uma conquista civilizacional, o reconhecimento de que as mulheres e homens que trabalham não são números, nem são meras engrenagens numa máquina, ou meros instrumentos descartáveis e substituíveis nas várias formas de indústria humana. São antes e acima de tudo, seres humanos, dotados de humanidade e aspirações, e portadores de direitos, de liberdades e de garantias.

Esta consciência coletiva da nossa humanidade surge do confronto com as condições de trabalho e desumanidades a que os trabalhadores foram sujeitos na era da revolução industrial. Até aquele momento e até este dia que hoje celebramos, os trabalhadores apenas trabalhavam, depois desse dia tornou se inegável e visível a luta que travam pelo direito a trabalhar com dignidade e de serem trabalhadores que constroem e criam e não uma mera máquina ou número no seu trabalho.

A titularidade de direitos laborais é uma conquista civilizacional realizada por todos aqueles que trabalham, uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza, uma luta que persiste e existirá, enquanto se exigir o desejo de progresso humano.

Neste dia 1º de maio, onde se assinalam tantas lutas travadas e tantas outras ainda por travar, na defesa de direitos e valores, que antes de laborais ou legais são valores humanos, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida ordinariamente no dia 17 de abril de 2019:

- 1. Saúda todos os trabalhadores, mulheres e homens que diariamente constroem com as suas mãos e esforço, a nossa sociedade e o nosso futuro em todas as áreas do trabalho.*
- 2. Saúda de forma particular, todos os trabalhadores desta autarquia, pelo seu valor e dedicação.*
- 3. Saúda todos aqueles que lutam por dignidade e justiça laboral.*
- 4. Saúda todas as jovens gerações que procuram agora o seu lugar no mercado de trabalho, e lutam para combater a precariedade laboral, e para permanecer no nosso país e aqui construir o seu futuro e se realizarem.”*

Sr. Vice-Presidente – Leu a saudação “1.º MAIO”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11:

“O 1.º de Maio, o dia mais universal de toda a humanidade, simboliza, nas mais diversas línguas e culturas, a longa e persistente luta dos trabalhadores, em especial a luta pelo direito ao trabalho em condições dignas nos planos social, económico, cultural e político.

Em Portugal, depois da madrugada fundadora da revolução de Abril, os trabalhadores conquistaram direitos sociais e económicos que alteraram de forma substancial a situação de grande exploração a que foram sujeitos durante a ditadura.

Este foi, contudo, um caminho que foi progressivamente invertido nos anos subsequentes e que muito se agravou no período em que o país esteve sujeito aos ditames da troika. Exemplos desta inversão foram os ataques à contratação coletiva, à proteção social, ao direito à saúde e à educação, à formação e qualificação profissional, ataques que amplificaram uma precariedade laboral que, conseqüentemente, alterou o valor do trabalho e

estimulou, mesmo entre os mais qualificados, a emigração, cerceando as expectativas de todos, sobretudo a dos mais jovens.

O aumento da carga fiscal sobre os trabalhadores criou um fosso, ainda maior, entre os mais ricos e os mais pobres.

Hoje, graças à luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos, assistimos a uma progressiva, embora ainda insuficiente, reposição de direitos e rendimentos, também possível graças à correlação de forças políticas e partidárias que favoreceu uma solução governativa em que se demonstrou ser possível um caminho alternativo à austeridade cega defendida pela direita neoliberal. Este é o contexto em que os trabalhadores vão comemorar mais um 1º de Maio, contexto em que se exige não apenas a continuidade de políticas seguidas nos últimos três anos e meio, mas também a sua ampliação, anulando gravosas normas impostas pela legislação laboral.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda, assim, o 1º de Maio pelo seu significado histórico e pelo seu atual significado político, enaltecendo todos os trabalhadores, em particular os trabalhadores do nosso concelho que, desde sempre, estiveram na primeira linha dessas lutas.”

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Acho que estas datas devem ser devidamente assinaladas, como é evidente, e elas têm sempre uma opinião e cada força política tem a sua visão sobre aquilo que aconteceu.

Naturalmente que esta saudação lida pelo Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco expressa essa mesma visão, e, naturalmente, ela é discordante da minha, não só porque a carga fiscal brutal continua, como é evidente, mas porque, também, continuam - e bem, porque têm direito a isso, está consagrado na lei - a luta dos trabalhadores e a isso assiste-se nas greves que se vão verificando em diferentes classes, umas mais gravosas que outras, na área da saúde, também, na área energética, com esta greve dos camionistas de transportes perigosos categoria ADR. Naturalmente, também, os professores.

Enfim, há naturalmente, um caminho para fazer. Eu acho que por isso mesmo é que é importante consagrar o dia 1 de Maio, porque, de facto, ele reaviva-nos uma memória que não está minimamente morta, está bastante viva e é preciso que as forças que suportam o Governo possam, de facto encontrar a melhor solução para estes anseios dos trabalhadores, que, naturalmente, não venham a comprometer minimamente o caminho que até agora foi percorrido, de recuperação económica do país, cujo mérito está, essencialmente, de facto, nos trabalhadores que pagaram a crise e, infelizmente, alguns outros ainda não pagaram nada, mas ficaram com muito.

Sra. Presidente - Eu faço a defesa do Partido Socialista. Acho incrível que o PSD dê pela falta dos direitos sociais, as greves dos motoristas de matéria perigosas, os enfermeiros, os não-sei-quê e o Partido Socialista não diz - nós também somos da geringonça, também fazemos a nossa parte - que o Partido Social Democrata, quando foi Governo, roubou os direitos aos trabalhadores, ficou com os salários dos trabalhadores, com os direitos sociais dos trabalhadores.

Portanto, é preciso dizer isto, que há outros primeiros de Maio, também igualmente tristes, parecidos com estes que estão a acontecer, mas, em nosso entender, diferentes e também muito mais graves e que tiveram repercussões também extremamente complicadas.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 20 de março de 2019.**
 - 2. Deliberação n.º 153/19 – Proposta n.º 16/2019 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público N.º 13/2019/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a concepção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal**
 - 3. Deliberação n.º 154/19 – Proposta n.º 17/2019 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Serra da Arrábida, em Setúbal.**
 - 4. Deliberação n.º 155/19 – Proposta n.º 18/2019 – DAF/DICONT – 1.ª Revisão ao Orçamento.**
 - 5. Deliberação n.º 156/19 – Proposta n.º 19/2019 – DAF – Prestação de Contas 2018.**
 - 6. Deliberação n.º 157/19 – Proposta n.º 20/2019 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público N.º 14/2019/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2019/2020.**
 - 7. Deliberação n.º 158/19 – Proposta n.º 11/2019 – DURB – Alterações ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público e da Afixação, Inscrição e Difusão de Mensagens Publicitárias de Natureza Comercial.**
 - 8. Deliberação n.º 159/19 – Proposta n.º 12/2019 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por 3 pedidos de certidão de infraestruturas – CHESETÚBAL – Cooperativa de Habitação e Construção Económica de Setúbal, C.R.L. – Programas habitacionais da Azeda / Av. General Daniel de Sousa / Quinta Santo António – Junta de Freguesia de São Sebastião e União de Freguesias de Setúbal.**
 - 9. Deliberação n.º 160/19 – Proposta n.º 13/2019 – DURB/DIPU/GAP – Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas estabelecidas para a Frente Ribeirinha de Setúbal, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal – Parecer da CCDRL-VT, ao abrigo do disposto no N.º 7, do artigo 141.º, do RJGT.**
 - 10. Deliberação n.º 161/19 – Proposta n.º 14/2019 – DURB/DIMOT – Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal e alteração do RTORMS.**
 - 11. Deliberação n.º 162/19 – Proposta n.º 15/2019 – DURB/DIMOT – Acordo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., para constituição de Agrupamento de entidades adjudicantes, no concurso de concessão do estacionamento tarifado.**
 - 12. Deliberação n.º 163/19 – Proposta n.º 08/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 14/2018 – DAFRH/DIRH/GC – Contra Mónica Alexandra dos Santos Dias.**
 - 13. Deliberação n.º 164/19 – Proposta n.º 09/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 08/2018 – DAFRH/DIRH/GC – Contra José Francisco de Jesus Pereira.**

9

14. *Deliberação n.º 165/19 – Proposta n.º 10/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 11/2018 – DAFRH/DIRH/GC – Contra Eusébio Eugénio Rodrigues Hilário.*
 15. *Deliberação n.º 166/19 – Proposta n.º 11/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 09/2018 – DAFRH/DIRH/GC – Contra José Manuel Gomes da Conceição.*
 16. *Deliberação n.º 167/19 – Proposta n.º 08/2019 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro 25 de Abril – Rua António Aleixo, 12 – Cave Esq.*
 17. *Deliberação n.º 168/19 – Proposta n.º 57/2019 – DCDJ/DIBIM – Doação de máquinas de escrever elétricas.*
 18. *Deliberação n.º 169/19 – Proposta n.º 58/2019 – DCDJ/DIBIM – Pedido de empréstimo de obra de arte.*
 19. *Deliberação n.º 170/19 – Proposta n.º 59/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro – 37.º Concurso do Vestido de Chita da UCRD Praisense.*
 20. *Deliberação n.º 171/19 – Proposta n.º 60/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à realização das Festas de S. Luiz da Serra.*
 21. *Deliberação n.º 172/19 – Proposta n.º 61/2019 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
 22. *Deliberação n.º 173/19 – Proposta n.º 62/2019 – DCDJ/DICUL – XIV Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal – Apoio financeiro ao GD O Independente.*
 23. *Deliberação n.º 174/19 – Proposta n.º 63/2019 – DCDJ – Abertura de procedimento de reconhecimento do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) como entidade de interesse histórico, cultural e social local, nos termos e para os efeitos da Lei N.º 42/2017, de 14 de junho.*
 24. *Deliberação n.º 175/19 – Proposta n.º 15/2019 – DES/GABS – Protocolo de Cooperação entre a Liga de Apoio Comunitário para o Estudo das Doenças Infeciosas (LACPEDI) e o Município de Setúbal.*
 25. *Deliberação n.º 176/19 – Proposta n.º 09/2019 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2019.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público.*

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 20 de março de 2019

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sr. Vereador Ricardo Oliveira, por não ter estado presente nessa reunião.

2. Deliberação n.º 153/19 – Proposta n.º 16/2019 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público N.º 13/2019/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a concepção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 a 18.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Em relação a esta proposta, o Partido Socialista considera, já há algum tempo, que é fundamental a mobilidade e estratégica na gestão da cidade e defende uma mobilidade sustentável para o ambiente, para o bem-estar e para a qualidade de vida das pessoas, mas, também, para a economia familiar e local, analisando o que é diferente bairro a bairro.

Portanto, analisámos com muita atenção, dentro do curto período com que nos foi fornecido - foi-nos fornecido na sexta-feira -, mas isto é denso. Tentámos analisar com muita atenção e pormenor as peças que compõem o concurso, que visa integrar num único concurso público a concessão da gestão e da fiscalização dos lugares de estacionamento pagos à superfície e a construção dos três parques de estacionamento subterrâneos, a opção da Câmara de juntar as duas situações. São duas situações diferentes e aqui houve uma opção única de juntar tudo.

Temos aqui algumas questões, umas que pensamos que são algumas gralhas que detetámos, outras são, manifestamente, opiniões diferentes, que eu passaria aqui a enumerar:

Então, quanto ao programa do procedimento, na cláusula 14, penso que existe uma gralha, pois na cláusula 14, no seu ponto 2, alínea d), nas exclusões das propostas, diz *“que o preço contratual seria superior ao preço base.”* Eu acho que é o contrário, portanto, a excluir tem que tem que ser é um preço inferior ao preço base, penso eu, porque não faz sentido. Nós queremos é que o preço seja superior. Não sei quem é que pode dar aqui uma ajuda.

Sra. Presidente – Engenheira Fátima Nogueira.

Sr. Vereador Paulo Lopes – É inferior, não é? É uma gralha, pronto. Isso eu percebi.

Depois na cláusula 17, no critério de adjudicação, no n.º 3, n.º 1, alínea a), onde está a cláusula 47, penso que será cláusula 46. Isto são preciosismos que nós detetámos. E, mais à frente, na alínea ii, onde está a cláusula 46 deve ser 45, isto para fazer sentido com o que está mais à frente.

Mas, aqui, uma das questões que considero mais pertinente, tem a ver com o n.º 4, a avaliação da qualidade e mérito técnico das propostas. Nós achamos que está um pouco confusa. As propostas, o critério de adjudicação desta proposta, tem como avaliação económica da proposta uma ponderação de 60 por cento e a avaliação da qualidade e mérito técnico da proposta uma ponderação de 40 por cento.

Enquanto que, na avaliação económica da proposta, esta ponderação de 60 por cento, é feita por uma fórmula - e nós até fizemos algumas simulações e parece-nos coerente, com vários valores e concordamos -, já a ponderação para a avaliação da qualidade e mérito técnico da proposta, não existe, não há uma fórmula, não se consegue perceber como é que se chega ao valor da pontuação da qualidade e mérito técnico da proposta. Diz, apenas, que é pontuado de um ponto e vai até cinco pontos.

Não existe, a definição de como é que se vai fazer esta graduação. Deixa, aqui, uma certa subjetividade, que, depois não se consegue perceber como é que se vai obter a pontuação final. E, num concurso destes, havendo vários interessados, pode haver aqui várias interpretações e até queixas e arrastar o processo, que é aquilo que nós, seguramente, não queremos.

Portanto, entendemos, que nesta questão do critério de adjudicação, esta parte da avaliação da qualidade e mérito técnico da proposta, necessitava de ser mais clara, no sentido de ser mais objetiva.

Também nesta ponderação de 40 por cento da qualidade e mérito técnico das propostas, depois divide-se em duas subalíneas, que são a integração no espaço público e o sistema de gestão e fiscalização, 10 por cento num 30 por cento no outro, mas 10 mais 30 não dá os 100 por cento, ou seja, aqui deveria ser 25/75, tal como está, porque é assim: 10 mais 30 dá os 40, mas não tem a fórmula. Portanto, acho que aqui falta, efetivamente, algo para objetivar a forma como se chega à pontuação final.



Quanto ao caderno de encargos, entendemos que na cláusula 24, que diz respeito ao resgate, também ele deveria ser um pouco mais objetivo. Existe a possibilidade de a Câmara Municipal proceder ao resgate da concessão e diz, no seu n.º 4, da cláusula 24, que, em caso de resgate, a concessionária terá direito a uma indemnização determinada por uma equação e, nessa equação, remete para a média anual dos resultados operacionais líquidos da concessionária, mas a concessionária pode ter mais do que uma concessão. Pode ter em Setúbal, pode ter em Lisboa, em Braga, em Almada.

Portanto, o que faz sentido é que seja sobre os resultados operacionais líquidos da concessão em Setúbal, digo eu, e não do bolo, porque pode haver uma empresa que tenha várias concessões. Diz aqui “da concessionária”. Eu, achava que, da forma como estava, a concessionária é uma empresa que pode ter mais do que uma concessão fora de Setúbal e, se estamos a falar sobre uma média anual dos resultados operacionais líquidos da concessionária, podia ser um pouco dúbio.

Em relação às cláusulas 45 e 46, também, do caderno de encargos, referente à parte da remuneração, em que diz que o valor base mensal da retribuição é de 20 por cento da receita bruta efetiva mensal e 2 milhões de euros de retribuição contratual.

A nossa questão, aqui, é como é que chegaram este valor, porque a proposta não tem nenhum estudo económico para chegarmos a este valor. São 2 milhões porquê? Isso é muito? É pouco? É razoável? Até pode ser, mas, para nós, há um histórico em termos daquilo que são as receitas da Câmara, em relação ao estacionamento tarifado, para um número muito mais reduzido, para apenas 1400 lugares.

O ano 2018 foi de cerca de 830 mil euros, mas não há esse estudo. Quer dizer, pode até ser um excelente negócio, nós é que não sabemos, porque nos é apresentado desta forma: Retribuição mensal de 20 por cento da receita e 2 milhões de retribuição contratual. Gostávamos que pudesse dar uma explicação de como apareceram estes números.

Depois, também um preciosismo. Na folha n.º 46, aparece “Parque Subterrâneo 3 - Avenida Luísa Todi - Nascente). Não é nascente, é poente. É o parque P3. É só uma correção na legenda.

Agora, quanto ao código de exploração - e aqui temos, também, algumas divergências -, nesta altura existem à superfície 1487 lugares. Pelo menos é o que está aqui, no código de exploração, no artigo 1, estando previsto um aumento para 8300 lugares tarifados, ou seja, um aumento de mais de 6800 lugares tarifados, o que é um aumento brutal. Corresponde a mais de 500 por cento de aumento do número de lugares tarifados à superfície.

A nossa opinião é que este aumento é um aumento excessivo, desequilibrado, pois reflete a proposta de taxar zonas eminentemente residenciais. Aliás, nós, no âmbito da consulta pública do projeto de regulamento - e estas duas propostas acabam por se misturar, é impossível não discutir esta proposta sem acabar por estar a discutir o projeto de regulamento de estacionamento -, propusemos que fossem retiradas várias áreas residenciais para as quais não vemos qualquer vantagem em serem taxadas.

Portanto, este aumento, de passar de 1487 lugares para 8300, é um aumento de 6800 lugares, representa 550 por cento, grosso modo. É um aumento muito, muito elevado. Um aumento muito superior, inclusivamente, ao aprovado pelo regulamento de 2016, muito superior ao aumento que foi apresentado em 2013. Na altura, a CDU não tinha maioria absoluta na Assembleia Municipal e não foi aprovado. Em 2016, já com maioria, fizeram aprovar um novo regulamento, que previa passar para cerca de 5 mil lugares de estacionamento de parqueamentos tarifados, mas que nunca chegou a ser aplicado, portanto, nunca chegou a ser implementado.

Discordamos totalmente desta medida que quer taxar bairros como o Bairro do Liceu, Vanicelos, Amoreiras, Urbisado, Montalvão, Algodeia, Quinta Alves da Silva, Bairro Santos Nicolau, Bairro da Conceição, Fonte do Lavra, Jaime Cortesão, Avenida D. Manuel I. Entendemos que esta proposta não é equilibrada nem razoável e, por isso, durante a discussão pública do regulamento, apresentámos a nossa alteração, que, entretanto, não foi aceite.

O concurso prevê ainda, a construção de três parques de estacionamento, mas, de acordo com o artigo 6.º e a tabela que aqui vem, a tabela 4, o primeiro parque da Avenida Luísa Todi – Nascente, que penso que será em frente ao Mercado do Livramento, entrará em uso em 2022. Portanto, o Parque 1 começará em construção no 2.º ano de concessão, demorará um ano e meio. Portanto, em 2022 é que entrará em vigor, só daqui a 3 anos e meio.

O parque P3, situado em frente hospital, será concluído em 2024, isto é, daqui a 5 anos, 5 anos e meio e, muito possivelmente, o parque P2, o da Avenida Luísa Todi - Poente, que se situará em frente ao edifício das Finanças, nunca será construído, ou, então, nunca será construído antes de, pelo menos, 15 a 20 anos. Aqui também há uma incongruência, porque na tabela dizem que nunca antes do ano 20.º da concessão, mas depois, antes, fala em 15 anos, nunca antes de 15 anos.

Portanto, também aqui há um pequeno diferendo. Estamos a falar em 2040. Estamos a falar no terceiro parque a ser construído em 2040, o que, na nossa opinião, não faz sentido. E mais, caso seja construído, se o tempo que sirva para amortizar este parque for insuficiente, a Câmara tem que indemnizar a concessionária. Portanto, aqui eu percebo a visão de quem quer investir e quer ter um rendimento relativamente assegurado, mas, se é uma necessidade imediata, estar a remeter para 2040 parece-nos um tempo demasiado longo. Isto, se alguma vez for construído.

Prevê-se, no artigo 5.º, que a implementação do estacionamento tarifado na via pública seja articulada com a entrada em funcionamento dos parques de estacionamento. No entanto, com esta calendarização de construção dos parques, não me parece que seja possível, até porque, também pela calendarização que foi apresentada pela implementação dos lugares tarifados à superfície, prevê-se que, logo no primeiro ano de implementação, os lugares a instalar sejam cerca de 2 mil, 1997. Portanto, ainda não há nenhum parque construído, mas já estão os 1052 tarifados existentes mais os 1997 novos, pagantes.

Isto dá, nos dois primeiros anos da concessão, logo a pagar, 5060 lugares à superfície, ou seja, 59,7 por cento do total dos lugares, quando a construção do parque 1, o primeiro, a ser construído na Avenida Luísa Todi, em frente ao Mercado do Livramento, se não se atrasar, vai ser muito mais tarde. Portanto, vão estar em exploração cerca de 6200 lugares de estacionamento quando entrar em funcionamento o primeiro parque, só daqui a 3 anos e meio. Isto não bate certo com aquilo que é dito antes, em que é dito, no artigo 5.º, que vai ser feito à medida que os parques forem construídos.

Portanto, queria aqui perceber qual é a que vale, ao fim e ao cabo, se é a calendarização dos parques - e a calendarização dos parques eu acho que tem muita influência aqui, nesta proposta - ou se está errado. Então, o artigo 5.º, que diz que vai ser de forma complementar, vai-se implementar de forma articulada. Está prevista a implementação todos os lugares de estacionamento tarifados até ao final dos cinco primeiros anos da concessão, mas, na prática, como já disse, só apenas um parque irá estar em funcionamento nesses primeiros cinco anos.

Esta é uma decisão de que nós discordamos totalmente e, então, com o anúncio ou com a previsão do hospital ser ampliado e receber parte das urgências do Hospital do Outão e com o afluxo que vai receber, de novos acessos ali, de gente com carros, acho que a necessidade de construir estes dois parques, o da avenida e o do hospital, no imediato penso que é total e não esperar cinco anos para que o do hospital entre em uso.

O concurso abrange, ainda, a gestão e a exploração do parque de estacionamento do terminal intermodal ali na Praça do Brasil e eu percebo que, havendo esta decisão de juntar tudo, percebemos essa lógica. Gostávamos era, também, de tentar perceber qual é o valor que a Câmara Municipal atribuiu a esse parque para entrar, porque esse parque é pago pela Câmara, não é?

Portanto, no decorrer da obra esse parque vai ser construído e pago pela Câmara. Era importante perceber quanto é que esse parque está a ser valorizado para entregar à concessionária, porque, se é verdade que a Câmara, em princípio, irá receber, no mínimo 2 milhões de euros à cabeça, com esta concessão, também é verdade que vai entregar um parque construído, totalmente construído, para a gestão da concessionária.



E, finalmente, no seu artigo 16.º, diz que compete à concessionária gerir e responder às reclamações dos utentes. Também percebo isso, do ponto de vista logístico. Agora, como é que a Câmara consegue, aqui, ter uma palavra e uma intervenção, no sentido de fazer um controle sobre a qualidade do serviço que é prestado, ou que irá ser prestado, e das penalizações a pagar. Se todas as reclamações estão direcionadas para a concessionária, como é que a Câmara consegue fazer este controlo? Penso que também era importante, aqui, dar algum peso à Câmara, no sentido de haver esse controlo.

Por tudo isto, penso que era muito importante que fosse revista a questão da calendarização da construção dos parques, mas acima de tudo, da área de intervenção do estacionamento tarifado à superfície em zonas que nós consideramos que não faz sentido tarifar. Não faz sentido tarifar, porque não vão ter respostas nem alternativas e existem mesmo zonas que estão tão longe dessas respostas e dessas alternativas, mesmo quando elas ocorrerem, que não faz sentido estar a taxar estas zonas, zonas como o Bairro Santos Nicolau, como a D. Manuel I, Olga de Moraes Sarmento, toda aquela zona nascente da cidade, não faz sentido estar a taxar para zonas residenciais sem haver alternativas. Portanto, estes dois pontos a nós parece-nos que deveriam ser reequacionados.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – O Vereador Paulo Lopes teve a amabilidade de focar alguns pontos que eu ia invocar e, portanto, por aí, vou encurtar a minha intervenção.

Mas, ainda assim, pegava num dos que ele acabou de mencionar, que tem a ver com a presença do estacionamento tarifado em algumas zonas mais residenciais. Essa é, naturalmente, uma opção mais política de mobilidade do que propriamente técnica, mas tem um reflexo técnico a nível do contrato, que tem a ver com o seguinte: existe um sistema de compensações, pelo que percebi, e, portanto, o sistema de compensação por via da atribuição de lugares de estacionamento, que, creio eu que também abrange os dísticos, poderá significar que os primeiros 2 mil a ser implementados, abrangendo zonas de residentes, depois venham a ser compensados por mais lugares de estacionamento que se adicionam aos 2 mil por cada dísticos de residente que é solicitado.

Portanto, se este sistema de compensação, se eu entendi bem, se ele existir, ou, por outra via, se existir um sistema de compensação, poderá haver mais do que 2000 lugares de estacionamento. Era essa a dúvida que eu tinha, no que diz a esta questão das zonas de residências.

Depois, entrando aqui em alguns pontos, há naturalmente, aqui uma preocupação, no que diz respeito à qualidade e mérito técnico das propostas, já mencionada pelo Vereador Paulo Lopes, no artigo 17.º, mas depois, há no artigo 23.º a questão da libertação da caução, no que diz respeito aos parques de estacionamento subterrâneo.

Isto porquê? No artigo 23.º, nós temos aqui - isto do procedimento - o seguinte texto do articulado: *“O valor da caução é de 5 por cento do preço global do total a pagar pela renda base proposta pela concessão de exploração, sendo a mesma libertada quando o primeiro parque a construir entrar em fase de exploração”*. Portanto, 5% do valor global da renda base a ser paga não é um valor muito grande.

Em primeiro lugar, acho que este valor de caução é reduzido. Em segundo lugar, a minha questão é, se efetivamente, este valor de caução que aqui está, substitui o valor da caução da obra ou se é um valor à parte. De facto, fica aqui esta dúvida.

Não sei se estão a perceber o que estou a dizer, porque estamos a falar de uma obra e há uma caução que a liberta após ter o primeiro parque. A lógica que existe aqui é: *“Bom, é uma caução que tem a ver só com a garantia de que o parque vai arrancar, não tem a ver com a obra”*.

Mas, ainda assim, cria-se aqui uma zona um bocado cinzenta e é possível, se não estou em erro, ao abrigo do CCP, libertar a entidade que constrói ou que faça obra pública de cauções. Sendo certo que isto é uma concessão de exploração, isto fica aqui meio nublado. Portanto, acho que é importante esclarecer este ponto, que eu, efetivamente, não percebi.

Depois, na questão que o Vereador Paulo Lopes também tinha mencionado, que tem a ver com o resgate, existe aqui, de facto, uma fórmula muito bem definida, no que diz respeito



àquilo que é a compensação a atribuir à empresa que ficar com esta concessão. Apesar de, efetivamente, estar aqui previsto aquilo que é o normal a nível de lei, daquilo que a Câmara Municipal pode fazer e se pode ressarcir, caso exista incumprimento por parte da empresa que tiver a concessão, acho que era importante procurar estabelecer alguns parâmetros que também obedecessem a algum tipo de equação, porque a situação é muito clara para um lado e é pouco clara para o outro.

O incumprimento da parte da empresa que executa esta concessão, que implique diferentes tipos de fases, diferentes tipos de construções, é bastante complexa e bastante importante para aquilo que é o plano de mobilidade aqui, no concelho de Setúbal, e depois não tem uma repercussão a nível de compensações, a nível de qualquer tipo de equação que diga: *“A penalização é assim, a penalização é assado, é X por cento, existe uma multa, existe uma coima, existe um incumprimento”*, ou seja, algo que não diga: *“Não, vocês não cumpriram porque atrasaram-se um dia ou uma semana, acabamos o contrato”*.

Quer dizer, na prática a Câmara pode fazer segundo o que aqui está, mas, naturalmente, nunca o fará. Seria bom que, efetivamente, existisse uma equação que fosse igualmente clara no que diz respeito a alguns princípios a cumprir no contrato.

Depois, há aqui a questão da referência ao 4.º dístico. Creio que é no caderno de encargos. Tem aqui um asterisco na tabela do 4.º dístico, que custa 10 euros no caso de haver mais do que um agregado a habitar na mesma fração, mas falta essa explicação. Tem um asterisco, mas depois, não tem explicação. Isso está no regulamento, mas não está nessa página e, como isso está no caderno de encargos, já agora é importante que faça refletir, também, o que está no regulamento.

Para já, tinha essencialmente estas dúvidas, não tenho outras de momento. Depois, se me permitir uns breves 5 minutos para fazer uma apreciação mais política sobre o documento, ficava-lhe grato, mas só fará sentido depois destas respostas.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Talvez fizesse sentido o Sr. Vereador Nuno Carvalho fazer já uma apreciação política sobre a proposta, porque estamos aqui a fazer uma apreciação desta proposta que tem componentes técnicas, mas tem, também, uma componente política. Acho que é interessante verificar que, nesta reunião, o Partido Socialista optou por fazer um conjunto de apreciações, no fundamental de carácter técnico, que pretendem valorizar, na sua perspetiva, a proposta. Eu não irei fazer essa discussão, mas introduziu aqui, de passagem, no final da sua intervenção, voltou a reafirmar aquilo que é a opção, a opinião política que o Partido Socialista tem sobre este projeto. É um pouco em torno dessa questão que acho que vale a pena debatermos e discutirmos.

Gostava de fazer referência a algumas questões. Uma é que não nos devemos esquecer - eu sei que isso pode ter interesse do ponto de vista político, no discurso político, ignorar esta matéria -, mas é que esta proposta não pode ser apenas lida em conjunto com o regulamento de estacionamento tarifado para a cidade de Setúbal.

Esta proposta tem que ser lida e é uma das peças que faz parte de um conjunto que é o regulamento de estacionamento e que é o plano de mobilidade para o Município de Setúbal. É nessa perspetiva que surge esta proposta e é nessa perspetiva que podemos ler esta proposta. E é nessa perspetiva que a questão que o Partido Socialista aqui refere, que pode parecer muito interessante, com alguma demagogia, é a minha opinião, com alguma demagogia, de retirar determinadas zonas da cidade que são, essencialmente, residenciais da área abrangida pelo estacionamento tarifado, porque, à primeira vista, pode parecer bem. Pode parecer bem, mas tem um engano muito profundo.

Penso que todos os que aqui estão presentes conhecerão experiências noutras cidades e saberão perfeitamente, embora, no discurso, às vezes possa parecer, porque, naturalmente, temos agendas políticas e existem calendários políticos e há discursos em que a retórica é um pouco mais populista ou menos populista, um pouco mais demagógica ou menos demagógica, mas o facto é que, se determinadas zonas residenciais forem afastadas desta proposta, essas zonas residenciais vão deixar de ser zonas residenciais para passarem a ser zonas ocupadas pelo estacionamento que se quer temporário e os residentes deixarão de ter

acesso ao seu estacionamento, porque, naturalmente, as zonas residenciais serão de estacionamento gratuito para os seus residentes e prioritário, nessa condição de prioritário, para os seus residentes.

O afastar determinadas zonas residenciais, ainda para mais zonas residenciais que ficam na proximidade de zonas de grande utilização, leva a que vão, naturalmente, ser ocupadas, no dia-a-dia, por automóveis. E nós temos, hoje em dia, essa experiência, aqui, na cidade de Setúbal, mesmo sem este regulamento estar ainda em vigor ou sem a concessão e este plano de ordenamento do estacionamento tarifado estarem em vigor.

Aqui bem perto, temos zonas em que os residentes gostariam de ter o seu lugar para estacionamento e não têm lugar para estacionamento, porque estão ocupados todo o dia por pessoas que estão de visita, que vêm trabalhar e por aí fora.

Mais, nós não nos podemos esquecer que, no plano de mobilidade que temos em vigor e das medidas que já foram aprovadas, estamos todos a trabalhar para privilegiar o transporte público e coletivo e a deslocação e a mobilidade dos cidadãos e dos munícipes através do embaratecimento de forma extraordinária dessa possibilidade de circulação e poderíamos criar, aqui, um enviesamento e uma situação extremamente complexa, que era, fazendo uso do “*Navegante Municipal*”, articulado com a utilização do automóvel, essas zonas residenciais, que, aparentemente, não estão tão próximas, passarem a estar tão próximas e ocupadas por automóveis durante longas horas do dia. Portanto, é necessário fazer este tipo de ordenamento.

E, depois, há aqui uma questão de uma opção política que é fundamental, que cidade que nós estamos a construir e a cidade que nós queremos e se a cidade que nós queremos é a cidade dos cidadãos, a cidade dos munícipes, aquela cidade em que circulamos a pé, em que as nossas crianças vão para a escola a pé, aquela cidade em que as pessoas passeiam e circulam, em que os passeios são das pessoas, em que o atravessamento das ruas e das vias é prioritário para as pessoas e não prioritário para os automóveis ou se é a cidade em que a via pública é ocupada por automóveis, em que os passeios são ocupados por automóveis e em que a circulação, nalguns casos quase anárquica, é do salve-se quem puder do automobilista ou do motociclista que se quer safar e que desrespeita, de forma quase anárquica e mortal, tudo o que são regras, não só apenas regras de trânsito, mas as próprias regras de civilidade e de urbanidade. Penso que essa é que é a questão.

E a questão que, por uma aparência, pode parecer interessante, num determinado discurso político, aquilo que é a opção que o Partido Socialista já aqui apresentou, vamos ver qual será a do PSD, pelos vistos, não é a cidade dos cidadãos e dos munícipes, para poderem circular e ter mobilidade, mas, sim, aquela cidade em que a prioridade é do automóvel, em que a prioridade é do meio de transporte individual, em que a prioridade não é a de uma cidade que é a cidade que deve ser usufruída por todos os seus cidadãos e todos os seus munícipes, todos os seus residentes, todos aqueles que vêm para cá trabalhar e todos aqueles que também nos vêm visitar.

Sr. Vereador Fernando Paulino - É só para dizer ao senhor vereador que tudo aquilo que foi dito pelo meu camarada e Vereador Paulo Lopes corresponde àquilo que é a nossa visão da cidade e daquilo que é a mobilidade na cidade de Setúbal, talvez política, talvez uma forma diferente de ver a cidade, mas o que, em concreto se passa é a necessidade urgente de arranjar lugares de estacionamento na cidade, até pelas obras que estão a ser realizadas nalgumas avenidas, que são estruturantes até para a cidade, como é a Avenida 22 de Dezembro. Com a abolição de 60, 70 ou mais lugares na placa central dessa avenida há uma necessidade grande de se arranjar uma solução no imediato e não a longo prazo. Portanto, nós temos essa visão.

Temos a visão de querermos uma cidade para os setubalenses, para aqueles que nos visitam, mas também temos a consciência de que é impossível ter uma cidade sem carros. Essa é uma consciência muito real. Nós não andamos a fazer política por utopia, andamos a ver as coisas com realidade.

Quem vive cá, quem transita na cidade todos os dias, percebe, entende, de forma se calhar, mais efetiva, aquilo que são as dificuldades de circular em Setúbal atualmente, de estacionar em Setúbal neste momento.

Portanto, aquilo que nós apresentámos e que acabou por ser apresentado, de uma forma exemplar, pelo Vereador Paulo Lopes, é aquela que é a nossa visão sobre esta proposta.

É política? Talvez seja, mas é dos cidadãos, também, e é dos setubalenses, de certeza absoluta.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro - Perante aquilo que foi aqui dito e a argumentação que foi usada, gostaria só de salientar aqui uma questão.

Esta necessidade urgente de arranjarmos lugares de estacionamento já a CDU tinha proposto em diversos anos anteriores e foi chumbada pela oposição, a solução deste problema. Acho curioso vir-se agora aqui, à Câmara, dizer: *“Ai, o parque de estacionamento vai só ser feito daqui a não-sei-quantos anos e o outro...”*

Já nos foi subtraída uma data de anos, pelo menos, sete, e os parques já podiam, neste momento, estar construídos e em funcionamento e isso é da vossa responsabilidade. Todos esses lugares de estacionamento que podiam e deviam ter sido feitos na altura, que iriam servir a baixa de Setúbal, o Mercado do Livramento, é da vossa responsabilidade não estarem construídos.

Portanto, acho que é demagogia virmos agora para aqui dizer que, em relação a este caderno de encargos, só daqui a “X” anos. Quer dizer, acho que não tem razão de ser e era isto que queria salientar aqui.

Sr. Vice-Presidente - Subscrevo o que acabou de dizer a Vereadora Carla Guerreiro. Isso é verdade, até antes dos sete anos atrás, porque já no programa Polis estava previsto um parque de estacionamento na Avenida Luísa Todi e, depois, não houve financiamento suficiente para o fazer e, quando nós iniciámos o mandato, em 2002, já estava arrumada a questão do estacionamento do Polis.

Portanto é uma questão que está equacionada há muito tempo e há muito tempo que é adiada, mas eu quero sublinhar que apesar disto tudo, não faço cá adjetivações de demagogia, mesmo que elas sejam reais. Não as faço, mesmo que a demagogia seja verdade, mas não o digo, porque quero sublinhar o facto, que há que registar, de nenhuma força política aqui ter combatido, se ter oposto à evidência de que é preciso ter o estacionamento regulado em Setúbal, com a construção de parques e com estacionamento tarifado.

É evidente que nós estamos todos de acordo em que é preciso resolver o problema da cidade em termos de circulação e estacionamento e isto também significa que todos compreendemos, nas bancadas todas, que o trabalho coerente que se faz com o lançamento deste processo no quadro de um plano estratégico de transportes e de circulação na cidade de Setúbal tem lógica, tem coerência. Portanto, é este quadro.

Foi estudado primeiro, é lançado a seguir e vamos queixar-nos. Eu acompanho inteiramente aquilo que disse o Vereador Paulo Lopes, que é muito tempo. Eu gostava de ter isto pronto já no ano passado, mas, não sendo possível, pelo menos daqui a dois anos.

Agora, temos é que entender a elasticidade da construção das soluções cujas infraestruturas são mais caras é inversamente proporcional à garantia de rendimentos, garantia de resultados. Se nós quisermos arriscar o erário público e assegurar resultados garantidos à exploração destes equipamentos, para recuperar o investimento que é necessário, nós pomos essas garantias de resultados à cabeça e dizemos que *“no prazo “X” tem que estar”*.

Se nós quisermos não correr esse risco, que já correram outras câmaras, atenção, nós temos exemplos disso, que se garantiram resultados, que, depois, não se verificaram no tempo previsto inicialmente e teve que haver indemnizações do erário público. Atenção, isso já aconteceu, não é novidade.



Portanto, o equilíbrio disso faz-se com a elasticidade da rentabilidade que se for verificando ao longo do tempo. Quanto maiores forem os recursos colhidos no sistema integrado de estacionamento tarifado, maiores possibilidades temos de encurtar o calendário.

Daí que as duas preocupações que o Vereador Paulo Lopes colocou, sendo muito legítimas, eu aprecio-as, sinceramente. São aquilo que nós gostávamos que fosse o ideal, era um calendário muito mais curto para a concretização dos parques e termos menos zonas de estacionamento tarifado.

Só que, tendo menos zonas, estaremos a tirar rentabilidade, porque estaremos a atirar para fazer estender o prazo da construção dos parques. Não são concorrentes os dois desejos, digamos assim. Eu também os tenho, mas não são concorrentes.

O estacionamento tarifado é estacionamento garantido, atenção. O que é o estacionamento residencial? É um estacionamento garantido para os residentes da zona a custo zero. Pagam o cartão ou os dois cartões ou os três cartões, mas o tarifamento do estacionamento é zero. As pessoas têm, residindo ali, o estacionamento assegurado, atenção! É garantido que o estacionamento não é tarifado e é apenas o custo do cartão, portanto, na zona de residência.

Agora, jogamos com a prática das coisas, não é? Quando é que é mais obviamente necessário o estacionamento dos residentes? É fora dos períodos de laboração, dos períodos de expediente, é entre as 9 e as 5. É antes de sair de casa para o trabalho e depois de sair do trabalho e, nessa altura, já não é preciso pagar. Portanto, a questão do estacionamento pago tem que ser jogada com a realidade do dia-a-dia, não é? É assim que isto tem que ser visto.

Agora, esta elasticidade, temos que optar por isto. Eu não vou discutir, não vou dar resposta às questões técnicas, porque, provavelmente, até termos que estudar isto com mais pormenor do que tive oportunidade de fazer e, às questões técnicas, a Sra. Presidente já o disse, há quem tenha preparado tecnicamente documentos, isso são coisas que têm um enquadramento legal muito apurado - jurídico, legal, técnico, económico, etc. Os estudos foram feitos e, portanto, estando aqui quem pode dar essa resposta, elas serão dadas nesse quadro.

Portanto, não discuto pormenores, mas quero que os “*pormenores*” sejam entendidos por todos. E, daí, que eu volte a sublinhar e a valorizar este consenso. Quer o PSD, quer o PS, quer a CDU estão a reconhecer que nós temos de tomar a medida. É uma medida de longo prazo, de médio e longo prazo, não é para os próximos dois anos.

É claro que, quanto às considerações de que vamos fazer depressa o hospital, é a perceção que eu tenho também. A gente, quando a obra do hospital estivesse feita, já devíamos ter lá o parque a funcionar. Mas, também posso acrescentar outra coisa: porque é que se há-de estar a construir um equipamento público de novo, sem assegurar o estacionamento próprio? Se está assegurado o estacionamento próprio para a nova construção do hospital, então não é problema o estacionamento público envolvente.

Aqui, estamos apenas a pensar na proporção das coisas. Não assegura todo, é mesmo necessário um adicional de estacionamento, tal como, por exemplo, era necessário resolver o problema do heliporto, que está ali a ocupar uma área que agora está vazia, porque é para preservar o heliporto com pouco uso, porque a gente sabe que o hospital não tem um espaço onde possa poisar um helicóptero, em caso de emergência. Não sei se já alguma vez ali poisou, mas é metade do estacionamento que lá está nos Arcos.

Portanto, o que é que isso significa? Que as soluções das infraestruturas do hospital deviam ser pensadas de forma a que aquele equipamento público tivesse as condições de funcionamento, para resolver, também, a questão do estacionamento próprio dos utentes do equipamento e do acesso aos meios de suporte de socorro, nomeadamente da paragem do heliporto. Se isso fosse assim, facilitava aquele encargo que, os seus senhores estão a antever, que tem que ser suportado com o estacionamento próximo do hospital.

Podemos articular tudo, agora, nesta vontade de ter os problemas infraestruturais de estacionamento resolvidos depressa e da necessidade de ele ser economicamente viável, de forma a não onerar excessivamente ou além daquilo que é suportável pelo erário público, hoje encargo do Município para o futuro, nós temos que admitir a elasticidade da execução deste programa.

Portanto, é neste sentido que eu posso responder e acho que deve ser dada a resposta. Todos entendemos a necessidade de fazer estes equipamentos. Temos que resolver o problema do estacionamento na cidade por muitas décadas. É um problema para começar a ser resolvido para muitas décadas e quem ficar de fora desta solução ficará uma vez mais, como noutras ocasiões já foi, fora do futuro da cidade. É importante, no plano político, que se entenda isto também.

Resolver questões técnicas e de pormenor? Aí, com certeza que algumas delas não-de ser resolvidas até em andamento e até após a deliberação da reunião da Câmara de hoje. Eventualmente alguma revisão de texto, para encontrar algumas gralhas, terá que ser feita, para que os documentos quando forem publicados, não tenham incorreções nem gralhas, porque isso é sempre importante.

Agora, a decisão é importante para o futuro? Sim. É importante que estejamos todos de acordo? Sim. É importante que se resolvam alguns pormenores técnicos, que possam estar incorretos? Também. Mas temos que entender que o ideal é muitas vezes inviável, face à possibilidade económica do momento, do Município e das empresas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Muito rapidamente, só três notas breves.

A primeira nota é que é uma constante da argumentação da oposição, na nossa Câmara, o travar qualquer tipo de estacionamento e impedir que haja estacionamento. E é uma constante, também, criticar a ausência de estacionamento. Foi esta a história até hoje. Espero que não se repita hoje esse voto contra a hipótese de avançar com o estacionamento.

A segunda questão tem que ver com a eficácia real do estacionamento tarifado, quer para os residentes, quer para os comerciantes. Está comprovado, está dito pelos próprios, está mais do que esclarecido. Portanto, é uma questão de gestão e de bom senso do espaço de estacionamento disponível.

Em relação à questão que foi levantada sobre a Avenida 22 de Dezembro, só deixar a seguinte nota, neste momento, a Avenida 22 de Dezembro está a ganhar o perfil de avenida da cidade e não de um espaço de magotes de carros ao monte, em cima uns dos outros, qualificando o espaço urbano e qualificando o território das pessoas que ali vivem, mas, ao mesmo tempo, se o senhor vereador que colocou a questão estivesse atento, saberia que estamos, neste momento, a criar cerca de 300 lugares de estacionamento por detrás do Convento de Jesus, cerca de 100 estacionamentos nos Arcos, naquele parque ao pé do heliporto, saberia perfeitamente que há uma obra prevista na Rua dos Arcos que vai alargar o número de estacionamentos.

Já agora, informo, também, que está prevista uma intervenção na Rua da Escola, que, com o estacionamento em espinha em vez de longitudinal, passará a ter mais cerca de 30 estacionamentos e também informo - já foi aqui dito, em reuniões anteriores - que está pensada, também, uma solução exatamente da Avenida 22 de Dezembro, do lado do Parque do Bonfim, de criar ali uma nova bolsa de estacionamentos.

A criação de estacionamentos em Setúbal é uma constante diária. Além desses que acabei de dizer, por exemplo, no Interface Multimodal vai criar mais 150 estacionamentos, o parque da Várzea vai criar mais 250 estacionamentos, na zona do Montalvão, com o respetivo reordenamento do espaço público, vão ser criados muitos estacionamentos. Até na Urbisado temos já um plano de requalificação, que envolve um conjunto de novos estacionamentos regulados. Isto para dizer que estou a falar só deste núcleo central. Isso é uma constante no conjunto da nossa cidade, de leste a oeste, e, nesta área de maior pressão, com mais significado.

Portanto, nós poderemos um dia destes, se houver esse entendimento, ter uma discussão consistente sobre os estacionamentos que tínhamos, os que temos, os que estão a ser criados e o que é que vai ficar dentro de algum tempo em Setúbal, em termos de estacionamento e de oferta pública tarifada e, até, não tarifada, para que as pessoas que nos visitam e que cá vivam possam estacionar com alguma qualidade, seja em território de grande afluência, seja em espaço de rebatimento que permita fazer uma retaguarda do estacionamento das zonas mais pressionadas.

4

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Há pouco, não fiz referência, nas dúvidas que coloquei – na primeira, aliás, que diz respeito às bolsas de estacionamento para residentes –, não fiz referência ao artigo e só não queria deixar de o fazer, que é para poder, naturalmente, ser devidamente esclarecido.

Quando estava a falar das compensações, estava a referir-me ao artigo 13.º do caderno de encargos, onde, efetivamente, estão previstas compensações, como é natural, sendo que estas ocorrem quando, enfim, se excederem determinadas quotas que vêm estabelecidas.

A minha questão é, face à natural tendência de criação de cada vez mais bolsas de estacionamento para residentes – como foi até referido, é um processo que está em desenvolvimento –, se, efetivamente, aqueles tais 2 mil lugares que referiu o Vereador Paulo Lopes não serão, no imediato, muito mais, por via dessa compensação, mas, sim, a mancha de estacionamento, não será muito maior, por via do facto de nós termos uma compensação devido à bolsa de estacionamento exclusiva para residentes. E essa, de facto, é a dúvida que eu colocava, porque, se nós formos criando, criando, fico sem perceber se, no imediato, nós não vamos ter já uma expansão de estacionamento, porque já estaremos a exceder as quotas de 20 por cento que vêm aqui referidas e outras de 25, etc.

Sr. Vereador Fernando Paulino - Sr. Vereador Carlos Rabaçal, é diretamente para si. Só lhe queria dizer que não é por falta de atenção, é mesmo falta de informação, porque na última reunião da Câmara o senhor não estava, estava ausente, eu coloquei essas questões relativamente à Avenida 22 de Dezembro, até porque nós fomos porta-vozes - eu e o Vereador Nuno Carvalho - de um morador da Avenida 22 de Dezembro, mas eu não estou aqui a fazer a defesa dos moradores da Avenida 22 de Dezembro. Não me compete fazer isso, compete-me defender todos os moradores de todo o concelho de Setúbal e é isso que nós tentamos fazer.

Agora, eu coloquei até uma questão muito específica, se iriam ser criados lugares alternativos, em espinha, por exemplo, junto ao Parque do Bonfim. A resposta não foi dada, certamente que o Sr. Vice-Presidente não tinha conhecimento para me dar essa resposta. Portanto, não foi falta de atenção, foi mesmo falta de informação, porque se essa informação nos tem chegado ou nos chegasse com a maior brevidade possível, dentro daquilo que é a normalidade dos serviços, se nos chegasse alguma informação dessas, se calhar muitas questões não eram aqui levantadas, embora este seja o espaço próprio para nós levantarmos as questões.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – É só dizer que o que eu disse hoje, já disse noutros dias e pode-se ver em atas anteriores.

Sra. Presidente – Esse senhor já foi informado. Se vocês colocaram a questão porque houve um munícipe que foi ter convosco por causa do estacionamento, eu estou a dizer que esse senhor já foi informado.

Sr. Vereador Fernando Paulino - Foi na sequência dessa pergunta que foi feita que coloquei essa questão.

Sra. Presidente - Eu estou a dizer que, ele, diretamente, já teve a informação. Se não há mais ninguém inscrito, pedia, então, à Eng.ª Fátima Nogueira para fazer o favor de dar as explicações técnicas às questões que foram colocadas pelos Vereadores Paulo Lopes e Nuno Carvalho.



Sra. Engenheira Fátima Nogueira – Por deficiência de captação, não foi possível transcrever a intervenção.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Em obras deste tipo não há nenhum vazio. Hoje em dia, está estabelecido em lei quem é que é o dono da obra, quem é que é o diretor da obra, o diretor de segurança da obra. Está tudo definido e à Câmara, numa obra privada que é uma concessão, compete acompanhar a evolução da obra. Acompanhar, mas a responsabilidade técnica da segurança e toda a evolução da obra tem responsáveis próprios, de acordo com a lei.

Sra. Presidente – Existe a caução para garantir que eles fazem, de facto, os parques.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Na lei estão estabelecidas cauções concretas, de acordo com o valor da obra. Portanto, não devemos abdicar.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Aqui diz que, após a construção do primeiro parque, extingue-se a caução. Mas isso é para a concessão, nós estamos a falar da obra. Se foi estabelecida uma caução para a obra havia uma razão e se foi estabelecida uma caução de dois por cento havia outra razão. Correto, está tudo muito bem. A questão que eu estou a colocar aqui...

Sra. Presidente - Da garantia da obra, de que se faz obra. Mas tem que haver, porque, senão, ficam para a concessão do concurso...

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Exatamente.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – As garantias das obras só se extinguem com a verificação da construção da obra, em qualquer parte do mundo.

Sra. Presidente – Não, mas o que está a dizer no caderno de encargos é que se extingue logo que se faça o primeiro parque e ainda faltam dois.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Não, mas é sobre a obra desse parque.

Sra. Presidente – Por isso é que não pode estar assim.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Acho que o objetivo, aqui, foi criar um reforço adicional.

Sra. Presidente – Essa garantia tem que ser na globalidade, até ao final.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Eu acho que o espírito, aqui, até é um bom espírito, que é reforçar para lá daquilo que é a garantia a que a lei obriga, que era a questão que o Vereador Rabaçal estava a focar. Acho que basta adicionar, dizer que não substituí, de forma alguma, a garantia de 5 por cento que tem que haver por cada uma das obras a executar. Algo deste género, porque é só dizer que não exclui essa respetiva garantia, que tem 5 anos, aquelas normais, porque esta, de facto, acho que é isso que está a tentar explicar, é um reforço e não uma substituição sobre a outra.

Sra. Presidente – Tem que ser alterado!

Sr. Vereador Paulo Lopes - As questões técnicas, enfim, algumas compreendi, outras considero que não é a minha visão das coisas.

Acho que, de acordo com o que está aqui escrito, a implementação do estacionamento tarifado à superfície não acompanha, efetivamente, a construção dos parques. Ao terceiro da concessão vão estar implementados, além dos parquímetros dos lugares de estacionamento tarifado já em vigor, vão estar perto de 5 mil lugares. Ainda não há nenhum parque aberto e já

estão mais 5 mil lugares de estacionamento tarifado. É uma opção, tudo bem, mas não bate certo com aquilo que é dito, que é acompanhar a execução dos parques.

Portanto, acho que, no ponto 5, em que diz que *“a implementação do estacionamento tarifado na via pública deverá estar articulada com a entrada em funcionamento dos parques”*, não bate certo, depois, com a calendarização. Isso não dá mesmo de maneira nenhuma.

E também há aqui algo que nós também temos que repensar, que, há pouco, a engenheira disse, que o último parque só teria um ganho de 150. Efetivamente são 300, mas, na realidade, são 150. Bom, na realidade, são 10 por cento, que nós estamos a falar do total de todos os parques em subterrâneo. São 10 por cento da totalidade dos lugares. São 8 mil e não-sei-quantos para criarmos 800 e qualquer coisa lugares subterrâneos. Portanto, estamos a falar de 10 por cento.

Isto também é uma questão que acho que deve ser vista. A sua questão está bem colocada, de alguma forma, justifica porque é que isto atira para 2040, que é: *“Qual é a necessidade de mais 150 lugares?”* Mas eu pegaria nesse argumento e diria: *“Bom, mas há zonas que têm mesmo muita necessidade”*. Então, não era preferível investir esse dinheiro não nesse parque, mas noutra zona que tenha uma pressão muito superior?

Porque, ao fim e ao cabo, vamos estar a prever, num concurso, um parque para ser construído nunca antes de 2040, que, se calhar, percebe-se que não tem impacto, não tem expressão, que, se calhar, noutros sítios da cidade tem. Por exemplo, na zona da 5 de Outubro/Quebedo, se calhar, teria e serviria também a Baixa.

Em relação a algumas afirmações que foram aqui feitas relativamente a 2013, pela Vereadora Carla, de forma muito rápida, nós, na altura, o Partido Socialista votou contra. Aliás, toda a oposição votou contra. Foi por isso que a proposta foi chumbada. Não foi só o Partido Socialista, foram todos os partidos.

Sra. Presidente – Ainda bem que está a dizer isso.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Claro! E ainda bem que a Vereadora Carla lembrou, porque eu que não tinha dito isso na minha intervenção inicial. É que, tal como o Vice-Presidente Pisco disse, que houve câmaras em que nesses programas de concurso constava uma alínea que era sobre o reequilíbrio financeiro do projeto, ou seja, se o projeto não der uma determinada margem de lucro ou resultado, seriam as câmaras que tinham que repor, em 2013 era exatamente assim. Aquilo que vocês propuseram era exatamente um concurso com essa alínea e essa foi uma das razões que levou a oposição, em massa, a votar contra. Portanto, ainda bem que foi aqui lembrado.

E também, na altura, há 7 anos era apenas um parque e, pelo menos agora, são 2, porque eu já dou de barato que o 3 não vai ser feito. O da Avenida Luísa Todi, não vai ser feito. Mas, ainda bem que me lembrou.

Em relação à questão dos residentes e à questão que o Vereador Ricardo aqui, há pouco, falou, há zonas em que tem que haver mesmo estacionamento tarifado, não tenho dúvida nenhuma disso. Aliás, a forma que eu acho séria com que esta discussão está a ser feita desde o início, em que obrigou os partidos a terem que estudar estes *“dossiers”*, que não são fáceis, mas percebe-se que todos fizeram o seu trabalho de casa, pelo menos, com diferenças de opinião, mas isso é a democracia e a liberdade a funcionar.

Agora, obviamente, percebe-se que, para os partidos da Assembleia Municipal, que não estão aqui representados, também estarão a fazer esse trabalho, isto é um tema central para a cidade e, portanto, pelo menos o Partido Socialista não está nessa demagogia que o Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco acabou, depois, por fazer, no sentido de que somos contra o estacionamento tarifado.

Claro que não! O estacionamento tarifado é uma necessidade absoluta das cidades de hoje em dia com a dimensão como a nossa. Aliás, foi o Partido Socialista que iniciou o estacionamento tarifado em Setúbal, na década de 90. Na altura, o PCP esse manifestou-se bastante contra, mas, depois, acabou por se render.

Aquilo que nós estamos aqui contra, uma das razões, é que existem zonas que não faz sentido absolutamente nenhum taxar. Há zonas em que não há vantagem absolutamente nenhuma, porque a única diferença é que os residentes vão passar a pagar um dístico, mas não vão ter garantia de que vão ter um lugar, não vão ter garantia de que vai haver lugares reservados para eles próprios, como algumas pessoas que já vi, que acham que, a partir de agora: *“É pá, eu compro o dístico e vou lá ter lugar”*. Vai lá ter lugar, se não estiver ocupado. Portanto, isso também é bom que se perceba.

E há zonas que estão tão afastadas, que não têm pressão exterior. Eu acho que há zonas como, por exemplo, a Fonte do Lavra, o Bairro Santos Nicolau, a D. Manuel I. O Bairro Nossa Senhora da Conceição vai ter. Então, mas as pessoas vão deixar lá o carro para, depois, virem de autocarro para baixo? Então, mais vale elas virem de autocarro diretamente de onde estiverem. Isso não faz sentido nenhum.

Tudo isto é uma forma, na minha opinião, e o Vice-Presidente Manuel Pisco, há pouco, levantou, de alguma forma, a questão: *“É preciso garantir uma determinada margem para que os investidores possam aparecer”*.

Basicamente, é um pouco isso que o Vice-Presidente Manuel Pisco disse, para o sucesso deste projeto e com retorno a 37 anos (*“payback”*), então é preciso garantir aqui uma dimensão para isto. E, com isso, nós objetivamente, não concordamos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal - Só duas coisas muito rápidas. Uma tem que ver com este conceito de que o morador tem o seu lugar garantido a cada hora e a cada momento. Eu acho que isto não faz sentido nenhum. Isto é, se alguém quiser ter o seu lugar a toda a hora e a todo o momento compra uma garagem ou compra um lugar, etc. Agora, o espaço público é público, é do povo, não é?

Agora, dá-se essa possibilidade de garantir que os residentes têm um acesso mais facilitado à sua zona próxima de estacionamento, zona próxima da sua casa. Agora, qualquer ideia de que é possível, em qualquer cidade do mundo, garantir que cada residente tem o seu lugar reservado quando quer entrar e sair não faz sentido nenhum. Portanto, é bom esclarecer este assunto.

Depois, só queria deixar uma nota ao Partido Socialista: hoje, estava em trânsito e ouvi uma do debate na Assembleia da República, em que o Sr. Primeiro-Ministro, às páginas tantas, a pretexto de um outro partido ter levantado objeções a uma proposta, às tantas, disse o seguinte: *“A sua proposta é boa e é interessante. Parte da sua proposta está na minha proposta. Portanto, seria adequado e mais avisado, votarmos nesta proposta, que tem parte da sua e parte da minha, para que a coisa seja viabilizada”*. Era esse apelo que eu queria fazer ao PS.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Então, agora sim, a intervenção política que o Vereador Ricardo Oliveira queria que eu fizesse. Ela vem já aqui a caminho.

Vou ser muito rápido e muito breve, até porque era importante esclarecer este tema do ponto de vista técnico e viu-se, até que pela complexidade técnica, que abordar esta matéria nunca é fácil.

Aliás, aqui vão os meus parabéns para a engenheira, porque, naturalmente, elaborar um trabalho destes não é fácil. Está aqui muita coisa para articular, isto é um tema pesado e soube esclarecer muito bem e de uma forma muito direta as questões que foram colocadas e não queria deixar de lhe agradecer isso.

Mas, essa mesma complexidade e esse esforço que se viu aqui, na construção deste documento, também são um reflexo daquilo que é a complexidade do tema em si. E, para aqui, eu até vou utilizar aquilo que tem sido a metodologia da CDU relativamente às minhas propostas, que é começar por elogiar e, depois, naturalmente, vou acabar da mesma maneira que os senhores acabam com as minhas. Portanto, já conseguem perceber qual é o caminho.

4

Mas, portanto, vou começar por elogiar, porque não abordar este tema seria muito grave para o concelho de Setúbal. E o tema aqui, creio eu, até naquilo que o Vereador Ricardo Oliveira esteve a dizer, o tema não é: “*Como é que nós organizamos os carros em Setúbal?*”. O tema, aqui, é: “*Será que nós podemos quase que deixar de usar carro em Setúbal?*” Porque essa é que é a matéria.

Eu acho que aqui, de facto, não se soube explicar bem nesta proposta, porque há outras que estão aqui à volta, como o Plano de Mobilidade, como a questão dos transportes públicos e a concessão dos transportes públicos, como já foi mencionado em outras reuniões da Câmara que, constroem, efetivamente, a alternativa a não ter que utilizar automóvel. E aí, com essa alternativa construída, nós devemos, efetivamente, caminhar para aquele sentido em que devemos penalizar quem quer utilizar automóvel, porque, senão, qualquer dia não há passeios, não há espaço para nada, não há qualidade de vida na cidade.

Agora, no rumo que nos leva aqui, nós estamos todos de acordo em que é preciso ter alternativa ao estacionamento automóvel, mas discordamos no estacionamento tarifado, é um ponto que tem que ser tratado.

Eu não creio que colocá-lo desta maneira, desta forma, com este “*timing*”, com esta rapidez, sem antes termos questões importantíssimas – que, até, algumas delas foram colocados noutra proposta, que vamos votar mais à frente, na discussão do regulamento –, como, por exemplo, a articulação de transportes públicos, e que a resposta da Câmara Municipal foi, várias vezes: “*Tem que levar o carro até à estação e da estação já pode utilizar o Passe Navegante, que vai entrar em vigor*”. Na estação, se a pessoa tem que levar o carro, são 60 euros, o Passe Navegante são 40.

Nós temos que criar condições para as pessoas não terem que pagar os 60 euros. Eu posso estar de acordo em que a pessoa pague os 60 euros se quiser utilizar o carro como um luxo, mas, se não tem alternativa, nós ainda não podemos estabelecer essa obrigação. E de facto, é esta articulação de não ter que utilizar a viatura automóvel que nos falta aqui e que é o princípio do Plano de Mobilidade.

Colocar isto por esta ordem, que é começar por aqui, eu estou contra. Portanto, se, efetivamente, esse é o desafio, então ele tem que ter um cronograma diferente.

Agora, não deixo de referir aqui uma coisa que referi anteriormente, quando veio a votos: Tratar do estacionamento na cidade de Setúbal, fosse de que forma fosse, eu garanto-vos, fosse a proposta do Partido Socialista, da CDU ou do PSD, iria sempre merecer, da parte de muitas pessoas, de muitos municípios, uma rejeição, uma contrariedade, porque, efetivamente, nós estamos ainda num país que é “*carro-dependente*” e nós não podemos manter essa “*carro-dependência*”, nós temos que criar alternativas.

A minha discordância é na metodologia, a minha discordância é no “*timing*”, é no cronograma, se assim o quiserem dizer. E, portanto, se o pudermos rever ou acelerar os outros que são as alternativas de transporte público, melhor. Caso contrário, estamos, efetivamente, a condenar algumas pessoas a uma situação de desfavorecimento, porque a cobertura do transporte público ainda não está como se ambiciona que esteja. E, assim sendo, a alternativa ainda não existe e, para muita gente, isto vai significar pagar muito mais.

Sr. Vice-Presidente - Entrámos na fase do arranjar pretextos para votar contra, estando de acordo para a opinião pública. Todos estamos de acordo que faz falta ordenar o estacionamento e é preciso construir infraestruturas, mas é preciso encontrar o pretexto para dizer que não. É o não comprometimento com o futuro, que há pouco referi. Podemos dizer que não a pretexto de um pormenor e não nos comprometemos com o futuro.

É curioso, agora, nesta última intervenção disse: “*Vamos resolver o transporte coletivo e a gente substituir os automóveis e depois não precisamos de estacionamento*”. Não é no País das Maravilhas que nós vivemos, Sr. Vereador Nuno Carvalho. Se reparou, isto não é a Alice no País das Maravilhas. Não é esse mundo. Nós estamos a trabalhar seriamente para fazer uma substituição do veículo dos transportes individuais, do automóvel, por transporte coletivo.

Estamos a trabalhar na política local e na política nacional. Isso está a acontecer. Nós temos uma realidade para gerir que é o ordenamento do estacionamento e do tráfego na cidade e isto é uma coisa que tem efeitos de décadas. Portanto, não nos podemos desculpar com uma coisa ideal, que até é defendida por nós, que é provocar a mudança do modo de transporte, e estamos a fazê-lo. Nunca antes foi feito, nem a nível do concelho nem do país, para encontrar desculpas para dizer que não. Agora, tenho que voltar à carga. Você, há bocado, sublinhava - não usei a palavra consenso - a concordância com a necessidade de ter a solução. Agora, sublinho, a coragem que os senhores vão ter que ter para não se comprometerem com o futuro do ordenamento desta cidade.

Sra. Presidente - Queria começar, então, pelos nossos técnicos, que fizeram um trabalho notável. Os funcionários públicos são notáveis, ao contrário do que se faz crer. Temos o orgulho de ter uma equipa de muitos trabalhadores, muito bons, e, portanto, não estarmos sujeitos ou dependentes de entidades externas, só aquelas que são necessariamente precisas, porque, às vezes, não temos algumas áreas dentro da Câmara Municipal e, portanto, é necessário recorrer, como foi preciso recorrer a TIS, para fazer o plano de mobilidade transportes para a Câmara.

Foi preciso recorrer à TIS para fazer este programa de concurso, sempre já com o trabalho desta equipa técnica, que esteve a ser chefiada pela Eng.ª Fátima, mas teve outros colegas com ela, que eu aproveito para saudar, que, de facto, foram inexecutáveis, começando pelo chefe de divisão, José Miguel Madeira, e outros colegas, que, de facto, foram incansáveis, inexecutáveis. Numa empresa externa não teriam feito tão bom trabalho e se calhar era muito mais demorado e dispendioso.

Portanto, foi de uma grande qualidade a apresentação deste extenso e complicadíssimo trabalho, não só porque o processo já é extremamente complicado, mas porque associou a esta complicação o processo da APSS, tendo em linha de conta que, no futuro, as zonas que não têm utilização portuária, de acordo com a descentralização de competências, virão para a Câmara Municipal. Portanto, foi já nesse pressuposto, para não termos que alterar o contrato de concessão no decorrer já do contrato, que, em sintonia e em harmonia com a APSS, com quem estamos a trabalhar muito bem, se consensualizou que se deveriam já colocar, neste contrato de concessão. Portanto, isto veio a trazer mais complicação ao processo.

Não é tão linear e tinha ali muitos contornos difíceis e, de facto, os nossos trabalhadores foram incansáveis. Com a TIS, é verdade, mas sempre ali com a batuta daquele departamento de urbanismo, que é só mais um muito bom, porque estão aqui os outros e depois batem-me lá fora. Estou a brincar com eles. Já estão a dizer: *“Então e nós? E nós?”* São todos muito bons.

Mas, de facto, isto foi um trabalho complexo e foi relativamente rápido, no PDM, não posso dizer isto porque, depois eles dizem-me: *“Está sempre a dizer que a gente está a demorar muito tempo e tal”*, mas, depois, eu penso bem e tal. Relativamente rápido, mas era preciso, porque isto já pecava por tardio.

E muito curioso, hoje, ouvir, nas alegações políticas, porque não passaram disso, alegações políticas, não é? Os nossos companheiros aqui do Município, do executivo, hoje disserem que isto já peca por tardio, porque está atrasado e o Partido Socialista a dizer: *“É pá, só em 2040, se se fizer o 3.º parque”*, que será aquele em frente às Finanças na Avenida Luísa Todi. É interessante, vir isto do PS.

O PS, decorria então o ano de 1991, deliberou, no dia 9 de agosto de 1991, a abertura de concurso público internacional para concessão do direito de construção e exploração de parques de estacionamento e, depois, diz aqui, mais à frente: *“Atendendo às dificuldades de estacionamento na cidade de Setúbal, que gera um aumento de veículos em circulação na procura e tal, que não são encontrados”*.

Por causa disto, eles decidiram anular o concurso público internacional para estacionamento, no dia 9 de abril de 1992. Até hoje, ou até à data em que estiveram no Governo, 2001, nunca mais abriram concurso, tal era a necessidade de resolver o problema do estacionamento. Portanto, é preciso que se faça história e hoje ouvimos aqui o Vereador Paulo Lopes a dizer – deve estar a dizer para dentro: *“Não devia ter dito esta, porque, de facto, nós abrimos em 1991 e, depois, fechámos em 1992 e tchau, nunca mais nos importámos”*.

Mas importaram-se. Mais à frente, também tarifaram o estacionamento. Fizeram um concurso e tarifaram cerca de 5 mil e tal lugares de estacionamento. Já discutimos isso, quando foi do estacionamento tarifado. As coroas, que muitas delas não chegaram a ser tarifadas e nós explicámos, nessa altura, que também não íamos tarifar. Estavam já consignadas em regulamento, prevendo o futuro, mas não íamos tarifar e até dissemos mais: *“Começaríamos a tarifar à medida que fôssemos requalificando espaços”*. Por exemplo, se vamos requalificar a Avenida 22 de Dezembro, que estamos a tirar de lá o estacionamento, se vamos pôr nos outros lados não estão a ser tarifados e não estão aqui contabilizados nestas contas. Tal como disse o vereador e bem: *“Bom, mas vocês têm que ver que estão a fazer outras bolsas de estacionamento que não estão a ser tarifadas”*. Não estão a ser tarifadas, não vão ser tarifadas.

E, portanto, é interessante ouvir esta preocupação, esta demagogia, de que isto é muito tarde, são 3 anos e tal. Nós também achamos isso. É muito tarde, 3 anos e tal, para aparecer o primeiro parque.

Estamos em concurso e, como sabem, um concurso público internacional pode demorar cerca de um ano. Virem concorrentes, haver reclamações, ou não, serem selecionados concorrentes e tal. Portanto, pode ser um ano e tal. Começar a fazer o parque, um ano e meio. Estar o concurso terminado, um ano e meio, 2 anos. Portanto, nós gostaríamos que fosse já. Se calhar, no verão que vem seria o ideal, porque, tendo em linha de conta a evolução, até turística e não só, que a cidade está a ter, seria muito bom no próximo verão. Portanto, no próximo verão, se tivermos a obra a começar, será ótimo.

A segunda obra será no parque de estacionamento frente ao hospital. Logo que esta se concretize, começará a segunda obra. Portanto, 3 anos, depois mais um ano e tal, 2 anos, para a concretização do outro parque de estacionamento que deve servir o hospital, mas deve servir a praça de touros, que vai funcionar como multifunções e, portanto, deve ter ali uma atividade que nós desejamos algo intensa e tem ali uma população muito grande à volta daquela zona. Há uma concentração habitacional também com alguma intensidade mais a Loja do Cidadão, etc, é um sítio de forte densidade de serviços, habitacional, etc e vai passar a ter cultural e desportiva.

Portanto, daí esse ser a segunda prioridade. No entanto, o que está previsto com a TIS – e não percebi se estava bem plasmado; depois, meteu-se uma data de coisas e não vi bem – é que, no máximo até 15 anos da concessão. Nunca antes de 15 anos, mas o que foi visto com a TIS, e porque a TIS, no estudo económico que apresentou, estava um pouco pessimista, não estando a TIS na posse todos os dados que nós temos, porque nós temos a movimentação de processos que entram no DURB, as coisas que já estão a entrar e que vão transformar a cidade e as coisas que se prevê virem a acontecer.

Portanto, nós, no estudo económico da TIS, que deixámos verter, depois, para o procedimento, para o caderno de encargos, não está contemplado aquilo de que nós temos conhecimento de alteração significativa da cidade, do desenvolvimento da cidade. E, portanto, nós estamos em crer que rapidamente iremos dizer à concessionária que antes dos 15 anos, não é nunca antes. Depois, temos que fazer a alteração à concessão.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Alteração, é porque o que está aqui é: “Quando a taxa de ocupação for superior a 60 por cento e nunca antes do 20.º ano”. Portanto, diz, explicitamente, que “nunca antes”.

Sra. Presidente – É o que eu estou a dizer. Mas, esta vertente, de que a TIS não tem conhecimento, que temos nós, é o que eu estou a dizer que vamos fazer.

Era o que você queria que acontecesse, mas não vai acontecer. Nós estamos em crer que isto vai ter que ser alterado, porque acreditamos que esta cidade terá um desenvolvimento que terá que obrigar à construção mais rapidamente deste segundo parque.

Dizer, ainda, que, face ao concurso que o Partido Socialista fez, de coroas de estacionamento tarifado, agora a demagogia do Vereador Paulo Lopes é extremamente engraçada, porque nós vamos trazer na próxima reunião, não tenho aqui, estava a ver se achava, mas, quando discutimos o estacionamento tarifado, lembro-me que trazia isto, os bairros, um deles tinha o estacionamento tarifado. E, agora, é interessante que, no regulamento, eles vêm requerer – no regulamento, na proposta que fizeram na discussão pública, vêm hoje aqui pedir: “Retirem os bairros tais e os bairros tais”. Vêm hoje aqui pedir.

Demagogia, senhores, que fique escrito em ata: Demagogia. Vocês, aqueles bairros, já estavam no vosso estacionamento tarifado. Já estavam no vosso estacionamento tarifado. Porque é que votámos contra? Então, e você, agora, também está a pedir para tirar. É verdade é, que a gente vai trazer os nomes dos bairros. O Bairro do Liceu, esse, então, era de chapa, também estava lá.

No nosso regulamento do estacionamento tarifado também temos aquelas coroas todas que dissemos que só iríamos implementar quando se justificasse. A outra também era uma concessão. A concessão não chegou a avançar? Era uma concessão, que nunca chegou a verificar-se? Não, havia uma concessão. Quando nós aqui chegámos havia a concessão.

E, agora, para finalizar, vocês bem tentaram que esta cidade não se desenvolvesse, porque, para vocês, para o PSD, para o CDS, para o Bloco e para o PS, estava, acima de tudo, a questão partidária, político-partidária. Nunca quiseram saber do desenvolvimento da cidade nem dos interesses das pessoas que aqui vivem e que aqui vêm.

Estávamos em maioria relativa e na Assembleia Municipal foi chumbada a proposta do estacionamento, porque se estiveram nas tintas para o desenvolvimento de Setúbal. Decorria, então, o ano de 2013.

Mas as pessoas confiaram em nós. As pessoas souberam quem é que queria o desenvolvimento da cidade e, logo no mandato de 2013, logo nessas eleições, as pessoas deram a maioria absoluta à CDU, quer na Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal, porque confiaram em nós, porque vos passaram um cartão amarelo àquilo que vocês fizeram. Não foi só isso, foram muitas coisas, porque, senão, não teríamos tido a maioria absoluta nos dois órgãos.

E, portanto, é graças a isso que hoje chegámos aqui com a confiança das pessoas de que estamos a fazer o melhor para o interesse e para o desenvolvimento da cidade. Por isso, estamos hoje aqui a propor, novamente, o estacionamento enterrado com estacionamento tarifado.

Vocês, hoje, não têm essa faca e o queijo na mão. Por isso, hoje vão a reboque, que é para ficarem bem na fotografia. Mas é importante que isto se diga. A reboque da votação. Não? Você disse que sim, em princípio. Disse que estava no desenvolvimento tal e tal. Deu a entender. Ah, então não vai votar a favor? Ótimo. Sejam coerentes. Sejam coerentes, pronto. Ótimo. Ai, vão votar contra? Acho que é ótimo. Vão votar contra. Ótimo, excelente.

Mas, hoje, não conseguem parar a vontade das pessoas, que foi que este executivo continuasse a governar.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Fez a seguinte declaração de voto: “À luz do progresso e da evolução das sociedades, a mobilidade é indiscutivelmente um domínio fundamental e estratégico na gestão das cidades e das grandes metrópoles e com impactos significativos na qualidade de vida das suas populações. Setúbal, enquanto cidade capital de distrito com mais de cem mil habitantes e integrada numa Área Metropolitana que congrega quase um terço da população total de Portugal, é, por isso, um concelho no qual uma boa política de mobilidade se assume como absolutamente indispensável. Nesse sentido, a regulação do estacionamento e respetiva fiscalização é, nos dias de hoje, nos centros urbanos, um dos fatores mais importantes para um correto ordenamento do território e para o respeito pelos cidadãos de forma a que possam usufruir dos espaços públicos. Essa importância é, desde logo, reconhecida nos estudos realizados pela Câmara Municipal de Setúbal (CMS), prevendo o Plano de Ação para o Estacionamento como uma das principais intervenções: a organização da oferta de estacionamento; o controlo do estacionamento de longa duração; a reserva de oferta para utilizadores específicos; o incremento da eficácia do estacionamento ilegal no espaço público; a formalização de oferta de estacionamento na via pública.

A presente proposta, relativa ao Concurso Público para a Concessão da Gestão, Exploração, Manutenção e Fiscalização de Lugares de Estacionamento Pago na Via Pública à Superfície na Cidade de Setúbal e Constituição do Direito de Superfície em Subsolo para a Conceção, Construção e Exploração de 3 Parques de Estacionamento no Subsolo na Cidade de Setúbal, suscita, desde logo, muitas dúvidas na forma como é apresentada.

No Programa de Procedimento não é clara a forma de avaliação da qualidade e mérito técnico das propostas, uma vez que não é referido como se chega ao valor da pontuação final.

Relativamente ao Caderno de Encargos não é referido qualquer critério ou justificação para definir quer o valor base de dois milhões de euros como valor inicial a receber, quer a retribuição de, pelo menos, 20% da receita bruta efetiva mensal.

Quanto ao Código de Exploração, a proposta de concurso prevê um aumento para 8300 lugares tarifados, face aos 1487 lugares tarifados atualmente existentes, ou seja, um acréscimo de mais 6.813 lugares tarifados, que corresponde a um aumento de mais de 500%, e abrangendo bairros puramente residenciais, relativamente aos quais não vemos vantagens de tarifamento, a não ser a de cobrança adicional e conseqüente sobrecarga sobre a classe média já de si bastante fustigada por uma política fiscal municipal, em comparação com outros municípios.

Um brutal aumento, manifestamente excessivo e desequilibrado, e muito superior às propostas já apresentadas em 2013 e 2016 também pelo atual executivo CDU, tendo tido a oposição do PS.

Já de acordo com a calendarização prevista, o primeiro parque, P1, situado na Av. Luísa Todi Nascente, entre em funcionamento apenas em 2022, ou seja, daqui a 3 anos e meio. Já o segundo parque a entrar em funcionamento, P3, situado em frente ao Hospital, apenas será concluído em 2024, isto é, daqui a 5 anos e meio. Já o Parque P2, Av. Luísa Todi Poente muito possivelmente, nunca será construído, uma vez que segundo a proposta, nunca será construído antes de 15/20 anos do início da concessão, ou seja, lá para 2040. Ora, no seu conjunto, qualquer um dos prazos estabelecidos na presente proposta de concurso não são de todo aceitáveis nem razoáveis, pois configuram soluções absurdas de médio-longo prazo, e que não respondem em tempo útil às soluções de mobilidade imediatas e de curto prazo de que a Cidade carece!

Verifica-se, ainda, de acordo com o Código de Exploração, que ao fim dos dois primeiros anos o concessionário já explore 5060 lugares à superfície, ou seja, 59,7% do total dos lugares à superfície, e quando iniciar a construção do P1 (se não atrasar), a exploração aumentará para 6266 lugares, representando 74% da totalidade de lugares tarifados), pois a entrada em funcionamento do 1º parque só estará prevista para 3 anos e meio depois do início da concessão. Significa, portanto, que está já prevista a implementação de todos os lugares de estacionamento tarifados até ao final dos 5 anos da concessão, mas na prática, estará apenas em funcionamento um parque de estacionamento construído pela



concessionária. Além do mais, o número de lugares previstos para os 3 parques subterrâneos a construir representa, apenas, cerca de 10% do número total de lugares tarifados.

Em suma, temos, portanto, com esta proposta não uma concessão que serve o regulamento, mas sim um regulamento que serve para uma proposta de concurso público de uma concessão.

Pelas razões enunciadas, os vereadores do Partido Socialista votaram contra esta proposta.”

Ausentou-se da sala de sessões, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

3. Deliberação n.º 154/19 – Proposta n.º 17/2019 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Serra da Arrábida, em Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Regressou à sala de sessões, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

4. Deliberação n.º 155/19 – Proposta n.º 18/2019 – DAF/DICONT – 1.ª Revisão ao Orçamento

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

5. Deliberação n.º 156/19 – Proposta n.º 19/2019 – DAF – Prestação de Contas 2018

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29 e de seguida leu o seguinte documento explicativo da proposta referida:

“O ano de 2018 pode ser caracterizado como um período de boa performance económico-financeira, na medida em que se atingiram alguns valores interessantes no que concerne à arrecadação da receita e ao pagamento de despesas, reveladores da dinâmica empregue pela autarquia na procura da compatibilização entre o controlo das finanças municipais e o desenvolvimento do concelho.

*A **RECEITA** arrecadada atingiu o valor total de 88,8 milhões de euros, sendo cerca de 72 milhões de euros correspondentes a receitas correntes, 16,7 milhões de euros a receitas de capital e 65 mil euros a outras receitas. Em comparação com os valores do ano de 2017, registou-se um acréscimo na arrecadação global da receita em 7,7 milhões de euros devido ao acréscimo das receitas de capital em 8,1 milhões de euros e das outras receitas em seis mil euros, apesar do decréscimo em 486 mil euros nas receitas correntes.*

*No que diz respeito à **DESPESA** foram efetuados pagamentos no valor total de 88,8 milhões de euros, sendo que 61,6 milhões de euros correspondem a despesas correntes e 27,2 milhões de euros a despesas de capital. No comparativo com o ano de 2017, verificou-se um acréscimo no pagamento global das despesas em 6,6 milhões de euros, devido ao acréscimo*

das despesas correntes em 1,9 milhões de euros e das despesas de capital em 4,7 milhões de euros.

Em termos de financiamento da atividade municipal procedeu-se à elaboração de peças procedimentais e solicitação de propostas a entidades bancárias tendentes à contração de dois empréstimos de médio longo prazo, designados por Financiamento de Despesas de Investimento – 2018 e Projetos Cofinanciados pelo Portugal 2020, este último visado pelo Tribunal de Contas (TC) em setembro de 2018.

No âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais, foram doados à Câmara Municipal de Setúbal, e submetidas a reunião de Câmara, doações num valor total de 273.228,95 euros que visaram o apoio a algumas das iniciativas municipais, o que representou um acréscimo de cerca de 52 por cento face ao ano anterior.

Ao nível dos serviços de **INFORMÁTICA**, e além do apoio diário à resolução de inúmeras situações que se colocam aos mais de setecentos utilizadores da autarquia, foram desenvolvidas algumas novas aplicações, entre as quais se destacam as aplicações do Guia de Eventos, Notícias SOS e a nova Intranet.

No que diz respeito à **FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA** registaram-se 1161 deslocações a obras de edificação ou urbanização em curso, inspeções técnicas diversas ou outras verificações técnicas, com o correspondente levantamento de 150 autos de contraordenação e 13 embargos, havendo ainda a registar na área da **FISCALIZAÇÃO GERAL**, 1579 ações de fiscalização participadas e 39 preventivas, tendo resultado dessas intervenções, seis autos de notícia e ainda 279 mandados de notificação. A secção de **CONTRAORDENAÇÕES** instaurou 492 processos, tendo sido concluídos 261, o que equivaleu a uma arrecadação de receita no montante de cerca de 131 mil euros.

No que concerne às **EXECUÇÕES FISCAIS**, verificou-se um acréscimo de cerca de seis por cento no valor total da receita arrecadada, tendo totalizado a 31/12/2018 o montante de 194 mil euros.

Quanto ao trabalho desenvolvido nos **JULGADOS DE PAZ**, registam-se 2.637 atendimentos, tendo sido aceites 264 Processos e dado como concluídos 225.

Foram ainda elaborados e sujeitos a deliberação de câmara, discussão pública e consequente deliberação da Assembleia Municipal os seguintes instrumentos: Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício da Atividade de Guarda-Noturno e o Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal.

Nos **MUSEUS E BIBLIOTECAS** desenvolveu-se intensa atividade na área dos projetos regulares e pontuais e aumentou-se a realização de exposições permanentes e temporárias nos vários equipamentos. Destaca-se, nesta atividade, a Festa da Ilustração, a Exposição Reflexos, a Maratona da Poesia, o Dia Internacional dos Museus, a Noite dos Museus, as Tardes Interculturais ou a inauguração do Polo da Biblioteca de Azeitão. Registaram-se mais de 137 mil utilizadores.

No **PLANO CULTURAL**, além da oferta da programação regular e de excelência do Fórum Municipal Luísa Todí, Casa da Cultura e Cinema Charlot, concretizaram-se vários eventos que são já referência no concelho, com destaque para a Festa da Ilustração, o Festival de Música de Setúbal, o Festival Internacional de Teatro, o Mês do Teatro, as Marchas Populares, a Semana da Dança, o Festival Internacional de Folclore, o Festival de Bandas Filarmónicas de Setúbal, o Festival de Cinema Francês, a Festa do Cinema Italiano, o Círculo de Jazz, as Comemorações Bocageanas ou o Fado em Setúbal, entre muitas outras iniciativas ao longo do ano, distribuídas pelas artes performativas, expressão plástica e multimédia. Os espaços culturais registaram mais 200 mil utilizações, num total de mais de 150 projetos desenvolvidos.

Na área do **DESPORTO** foram inaugurados espaços desportivos construídos em parceria com o movimento associativo e entidades privadas, tais como as Academias de Padel de Setúbal e Azeitão, e iniciaram-se os trabalhos do novo campo do Clube de Rugby de Setúbal. Teve início, também, a construção do novo centro desportivo integrado da Supera.

A cidade e o concelho voltaram a receber grandes eventos nacionais e internacionais, como a FINA Swimming Marathon World Cup, a Rampa da Arrábida em Automobilismo, a Alegro

4

Meia Maratona de Setúbal, o Triathlon de Setúbal, a Final da Taça de Portugal de Rugby, a Clássica da Arrábida em Ciclismo, a Volta a Portugal em Bicicleta ou o Azeitão Andebol Fest. As mais de nove dezenas de atividades realizadas em 2018 atingiram um público superior a 50 mil participantes. Acrescenta-se a este valor o número de pessoas que assistiram e acompanharam os eventos desportivos, assim como os milhares de utentes que tiraram partido das várias instalações desportivas municipais.

*A dinâmica na área da **INCLUSÃO SOCIAL** foi de elevada intensidade e diversidade em 2018, com um reforço nas parcerias, ao nível da interculturalidade, com a dinamização da candidatura Setúbal, Território Intercultural, assim como nas ações de proximidade e de coesão territorial ou de cidadania. Destacam-se os projetos e ações no âmbito do Plano Municipal para a População Idosa, da Rede Social de Setúbal, do Grupo Concelhio para as Deficiências, da intervenção das Oficinas Colaborativas no Bairro dos Pescadores e do Grito do Povo, ou ainda a elaboração conjunta do PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa – PT 2020, a presidência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e a dinamização do Conselho Local de Ação Social de Setúbal, bem como a continuidade no acompanhamento do Núcleo de Planeamento e Intervenção com os Sem Abrigo e também do Núcleo Local de Inserção- RSI.*

No âmbito da atividade na área da inclusão social relevam-se, ainda, os eventos públicos de maior participação como o Maio, Diálogo Intercultural, o Picnicão Concelhio, os Ateliês de Verão, o Março Mulher, a participação na Praça do Mundo – Feira de Sant’Iago e ainda a Semana Temática da Deficiência.

*Na área da **JUVENTUDE** o ano foi marcado pelo funcionamento pleno da Casa do Largo e da Pousada da Juventude, o que permitiu aos jovens maior proximidade à gestão municipal e, simultaneamente, ao desenvolvimento dos seus projetos. Destaque para os projetos Ciclo de Debates, Tour Agarra a Vida, Meia Maratona Fotográfica, Arrábida Camp, Fórum da Juventude de Setúbal, Coletivos com Voz, Chillargo Sounds, Escolas com Talento, Música à Mostra, Cartão Jovem Municipal, Programa Art’Jovem, Workshop do Mês, Mostra de Cursos e Formação, programa de voluntariado Atitude Positiva e um conjunto de aulas abertas, palestras e atividades performativas destinadas aos jovens do concelho. O movimento associativo juvenil é acompanhado ao longo do ano através da receção de candidaturas e concretização de apoios e atividades pontuais, por via de apoio técnico e de pedidos oriundos de grupos informais, como grupos de alunos no âmbito de projetos área escola.*

*No âmbito das áreas de **COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E TURISMO** reforçou-se a visibilidade de Setúbal a nível nacional e internacional na senda da estratégia definida para estas áreas. Dos projetos desenvolvidos ao longo do ano há a destacar a criação do novo portal web Setúbal, que reúne numa única plataforma todos os conteúdos de Setúbal, a renovação identidade gráfica Fórum Municipal Luísa Todi acompanhada pela produção e lançamento do novo site e programa do quadrimestre (integrado na linha de comunicação do equipamento) e a renovação da marca do brand do turismo de Setúbal, com lançamento, em janeiro de 2018, da nova campanha Setúbal é um Mundo (nomeado para o Prémio Design Publicidade em campanha 2018 da Associação Portuguesa de agências de Publicidade).*

Na área da promoção turística internacional apostou-se na renovação integral do folheto geral promocional do turismo de Setúbal em cinco idiomas – português, inglês, francês, castelhano e alemão.

Ao nível das campanhas de divulgação há a destacar cinco novas ações que envolveram múltiplos meios de divulgação. Foram elas a campanha de retirada de antenas, Setúbal, cidade verde, rio azul, lançamento do Kit anti-gatafunhos, a ação de Limpeza de florestas e a campanha Arrábida Sem Carros.

Ao nível das parcerias destaca-se o desenvolvimento de projeto para decoração integral de um comboio da Fertagus, que ficará a circular até 2020, promovendo Setúbal nas mais diversas áreas do turismo.

Relativamente a arte urbana, este serviço concebeu e produziu duas esculturas em homenagem ao choco para decoração de espaços públicos, concebeu as estruturas

expositivas *Desenhos da Prisão para a Avenida Álvaro Cunhal* e desenvolveu mais uma escultura do Pasmadinho, desta vez dedicada aos Vitoriamos.

As ações internacionais de promoção de Setúbal concentraram-se sobretudo na presença com pavilhão próprio em feiras de turismo de grande dimensão na Europa (Madrid, Berlim e Paris) em que se contou com o envolvimento dos operadores turísticos para a divulgação do destino Setúbal; na execução de parcerias com imprensa estrangeira possibilitando trabalhos jornalísticos de grande visibilidade internacional (Time Out Lisbon for visitors, Revista Aire Libre – Espanha, Revista Ronda - companhia aérea Iberia, Revista !Hola! Especial Viajes e o Jornal Le Figaro). Foi ainda executado um acordo com o programa Portugal in 150 Seconds para produção e difusão de filme promocional turístico para aviões da TAP, Rede Expresso e Lojas do Benfica.

No âmbito do Portugal 2020, a CMS deu continuidade à **REQUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS** com avanços na substituição de coberturas e telhados, renovação de caixilharias e iluminação, melhoria de refeitórios, cozinhas, casas de banho e espaços exteriores, bem como substituição e modernização de mobiliário e outros recursos educativos. As sinergias com as juntas de freguesia na manutenção e pequenas reparações em escolas assumiram, neste contexto da manutenção do nosso parque escolar, relevante importância.

O **PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL**, norteado pela Carta das Cidades Educadoras e assente numa forte articulação com os agrupamentos e escolas não agrupadas, traduziu-se num conjunto de projetos e iniciativas que procuraram potenciar os equipamentos municipais e valorizar a identidade local.

Diversidade cultural, inclusão e participação, combate ao insucesso escolar e promoção de hábitos de vida saudáveis foram “marcas” na atividade desenvolvida, que teve como momentos mais relevantes a Conferência Anual de Educação, a Receção à Comunidade Educativa, o Há Festa no Parque e toda a participação na Rede Territorial Portuguesa e na Associação Internacional das Cidades Educadoras, de que resultou a atribuição do Prémio Cidades Educadoras 2018 a Setúbal e ao Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade.

Ao abrigo da candidatura Setúbal, um Mundo de Desafios, prosseguiram as ações Observatório da Educação e ReAção Positiva e iniciou-se a Campanha de Sensibilização e Valorização da Educação.

O município, no quadro das suas competências, assegurou respostas de qualidade ao nível de **TRANSPORTES E REFEIÇÕES ESCOLARES**, atividades de animação e apoio às famílias no pré-escolar e a distribuição gratuita dos livros de fichas aos alunos do 1º CEB.

O Conselho Municipal de Educação assumiu-se como espaço privilegiado de reflexão, diálogo, encontro e construção participada das respostas municipais.

O município de Setúbal, comprometido com a saúde e bem-estar da população, assumiu como prioridade o acesso dos cidadãos a cuidados de **SAÚDE** de qualidade, cooperando, para esse efeito, com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, com o ACES Arrábida, com o CH de Setúbal e com as UCC`s.

Também com a ARS, o ACES e o Governo avançou-se no diálogo e negociações que conduziram ao compromisso de construção de três novos Centros de Saúde.

Alargaram-se e consolidaram-se parcerias, avançando-se na elaboração do Perfil e Plano de Saúde de Setúbal, elementos essenciais ao Projeto Setúbal Saudável. Estas parcerias tiveram expressão em iniciativas como o Hospital dos Pequenininhos, 7 Dias do Coração”, Programa Setúbal – Verão Mais Saudável ou, ainda, na dinamização do Espaço Saúde, a funcionar nos Mercados Municipais.

Os programas, projetos e ações de promoção de saúde e de prevenção de doenças mereceram atenção, através de iniciativa própria ou apoio a eventos de parceiros.

Aprofundámos a partilha de experiências de promoção da saúde no seio da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e redes internacionais de cidades saudáveis.

No domínio da **GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES** cabe realçar a realização de iniciativas comunitárias nas Hortas das Amoreiras, como a plantação de árvores de frutos e plantas aromáticas, manutenção de mobiliário urbano, limpeza e reabilitação da linha de água e a realização de visitas pedagógicas.

5

Deu-se continuidade à implementação do programa de controlo de pragas nos espaços verdes e nas árvores ornamentais, com recurso a insetos auxiliares, a produtos biológicos, e métodos endoterapêuticos. Procedeu-se ao delineamento conceptual do inventário das árvores e espaços verdes municipais.

Importa ainda destacar a realização da Feira da Flor e de diversas atividades no âmbito do projeto Setúbal Mais Bonita. Desenvolveu-se um trabalho muito intenso no domínio da sensibilização ambiental, com o envolvimento em diversos programas e iniciativas, nomeadamente o Queres ser jardineiro por um dia?, quer na comunidade escolar, quer com a população em geral.

Pelo segundo ano consecutivo, o município foi distinguido com a atribuição do galardão ECO XXI.

No domínio da energia, importa destacar a realização de diversas intervenções de melhoria da **ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, designadamente a substituição de 1116 luminárias no âmbito do PPEC (cerca de 300 mil euros), a substituição de 22 lanternas com tecnologia LED em arruamentos da Baixa, a substituição de 22 luminárias de vapor de sódio por luminárias com tecnologia LED na Rua da Escola Técnica, a substituição da iluminação interior e exterior da Escola de Montalvão por tecnologia LED e a iluminação decorativa das letras gigantes da palavra SETÚBAL instaladas na Praia da Saúde.

No domínio da eficiência energética, procedeu-se à instalação de painéis fotovoltaicos e sistema AQS na CBSS, no Pavilhão João Santos e na Escola da Bela Vista.

Na área dos cofinanciamentos realça-se a concretização do acelerador de investimento (medida do programa operacional Lisboa 2020 que visou beneficiar as entidades que mais rapidamente executassem projetos aprovados antes do fim do ano), reforçando as verbas decorrentes deste instrumento, sobretudo nos investimentos alocados aos PEDU Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, o que permitiu alavancar os valores elegíveis, garantindo-se, assim, a imputação das despesas a cem por cento.

Este reforço, em cerca de 670 mil euros, incidiu sobre os projetos designados PAICD 01 Bairro Grito do Povo - 102 746,27 euros; PAICD 02 Bairro dos Pescadores - 173 446,16 euros; PAICD 03 Bairro Santos Nicolau - 97 849,14 euros; PAICD 04 Jardim Multissensorial das Energias - 42 054,28 euros; PARU 01 - Requalificação da Envolvente Convento de Jesus - 258 490,16 euros.

O Programa Operacional Portugal 2020 é uma das mais destacadas fontes de financiamento do município de Setúbal na concretização de novos projetos e, por isso, é importante realçar a atuação proactiva desta autarquia na pesquisa de novos financiamentos geradores de mais-valias para o concelho.

Exemplos desta postura são as candidaturas submetidas ao Turismo de Portugal (Linha de Apoio ao Turismo Acessível – investimento elegível 228 291,50 euros; Linha de Apoio ao Turismo Sustentável – investimento elegível 353 187,70 euros; Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi – investimento elegível 50 000,00 euros) e ao Fundo Ambiental (aquisição de veículos elétricos – investimento elegível 332 758,64 euros).

Em 2018 foram concluídas operações submetidas ao Pacto da Área Metropolitana de Lisboa, tais como a Requalificação Parque Escolar – 1ª fase”, a Requalificação do Parque Escolar – 2ª fase”, a Requalificação Parque Escolar – 4ª fase, o SCAVIER – PRARRÁBIDA e a operação no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano PAICD 04- Jardim Multissensorial das Energias, investimentos elegíveis que ascenderam a cerca de um milhão e quatrocentos mil euros.

No domínio da **HIGIENE URBANA E GESTÃO DE RESÍDUOS** merece destaque o alargamento de zonas servidas por sistemas de deposição em profundidade, com a instalação de 22 contentores e a substituição de 240 contentores de 800 litros. Programou-se a candidatura para a implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis. No sector da fiscalização foram lavrados 77 autos de notícia.

A procura do serviço de recolha de resíduos de construção e demolição registou acréscimo significativo, tendo-se disponibilizado 2139 big bags.



No domínio da remoção de grafitis e limpeza de fachadas desenvolveu-se intensa atividade, na perspetiva de melhoria da imagem urbana.

Foi levado a cabo um trabalho intenso no domínio das **DESMATAÇÕES** e gestão de material combustível, tendo sido realizadas 259 intervenções.

No domínio do **BEM-ESTAR ANIMAL** intensificou-se a campanha de esterilização de animais de rua (CED). Asseguraram-se, igualmente, as campanhas de vacinação anual, bem como o plano de desinfestações. Instalou-se uma sala cirúrgica e desenvolveu-se o projeto de ampliação do CROAC. Realizaram-se campanhas de sensibilização e aumentou-se significativamente o número de adoções.

No setor de **MERCADOS** cabe destacar a requalificação dos mercados de Nossa Sr.ª da Conceição e 2 de abril, processo que incluiu a colocação de máquinas de gelo e trabalhos de pintura e obras nas instalações para melhorar as condições dos operadores e dos trabalhadores. O Mercado do Livramento foi dinamizado com uma série de atividades culturais, entre as quais se destacam flashmobs, showcookings, etc.

Importa destacar a mudança de localização da Mostra de Antiguidades e Velharias para o Largo José Afonso e, neste processo, a requalificação da mostra por via da sua reorganização administrativa, sistema de distribuição de mostruários e definição de regras de exposição.

Nos **CEMITÉRIOS** foi concretizada a requalificação da entrada do Cemitério da Paz, com a reestruturação do sistema de escoamento de águas e a requalificação paisagística. Foi ainda possível aumentar de um para dois os postos de atendimento ao público no Edifício Sado, de forma a gerar maior qualidade de atendimento a munícipes.

No âmbito de atuação do **GABINETE DE APOIO AO EMPRESÁRIO**, destaca-se a realização de diversas atividades na Baixa Comercial e na Zona Ribeirinha, com o objetivo de dinamização económica e cultural das respetivas áreas, a realização de diversos workshops, a gestão do Ninho de Novas Iniciativas Empresariais, com a dinamização de eventos na área do empreendedorismo, a gestão do espaço e a disponibilização de salas para novas empresas, bem como a abertura de uma sala de coworking e a disponibilização de rede wireless às empresas. Cabe ainda destacar a promoção da Semana do Mar e do Pescador e das Festas de Nossa Senhora do Rosário de Troia, bem como a gestão e acompanhamento do Mercado Biológico de Setúbal.

No âmbito de atuação do **GABINETE DE APOIO AO CONSUMIDOR** salienta-se a realização de ações promocionais em prol da defesa dos interesses dos consumidores.

No ano de 2018 o DOM centrou a atividade na concretização do programa de mandato 2018/2021. Na convicção de que o projeto de desenvolvimento local deve ser construído e cimentado por todos e com todos, demos continuidade aos projetos Ouvir a População, Construir o Futuro e Nosso Bairro, Nossa Cidade.

No cumprimento das ações com **CANDIDATURAS**, foram desenvolvidas várias intervenções das quais se destacam a 2ª Fase da recuperação e valorização do Convento de Jesus e a requalificação da envolvente a este monumento; a requalificação de vários estabelecimentos escolares; a requalificação do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo; a 2ª Fase do Emissário Ciprestes - Bonfim e a construção da estação Elevatória dos Combatentes e coletores afluentes; as obras de prevenção de cheias: regularização do troço final da Ribeira do Livramento e regularização da Ribeira da Figueira; o Jardim Multisensorial das Energias; o HUB 10 – Plataforma de conexão territorial; intervenções ao nível de estacionamento e acessos nas praias de Albarquel e Figueirinha, no âmbito da candidatura Turismo Acessível; e a intervenção na encosta do Forte de S. Filipe.

No plano da **REQUALIFICAÇÃO URBANA** e do espaço e edifícios públicos, prosseguiu-se a intervenção qualificada através de um extenso conjunto de obras: a construção de um passeio entre a Restinguinha e a Albarquel; a valorização do Portinho da Arrábida-Creio e a construção de uma ponte cais; a Requalificação da Av. Álvaro Cunhal; a Requalificação do Eco Parque do Outão; Drenagem pluvial e traçado da rede viária na R. Cabo das Tormentas, Jardía; Correção da drenagem no bairro dos Pinheirinhos e Estrada da Graça; Requalificação de espaços exteriores na Urbanização da Brejoeira (Zona poente); Repavimentação da Rua

Campo Rodrigues; Conservação de fachadas, reparação de fogos e caixas de escada em edifícios de habitação pública municipal nos Bairros da bela Vista e Quinta de Santo António. Das intervenções priorizadas no Plano Bial, para além das obras englobadas em candidaturas destacam-se: o desvio da conduta de abastecimento de água na Rua da Terceira idade (Poço Mouro); a Reabilitação da rede de abastecimento do sistema Carrascal-Creiro – 3ª fase; a Renovação da Rede de água do Bairro da Liberdade; Abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas à Quinta do Picão e envolventes; Ligação de rede de abastecimento de água e sistema de drenagem ao Bairro Bernardino de Matos – Pontes; Reabilitação da Rede de água na Av. dos Combatentes; Reforço do abastecimento de água ao Vale da Rasca e Lameiras de cima.

*No âmbito da **HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** verificou-se o aumento da visibilidade e reconhecimento do Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade como uma estratégia de participação urbana. Deu-se continuidade ao seu desenvolvimento, promovendo-se a criação de grupos de interlocutores na Bela Vista e na Quinta de Santo António e mantendo-se a realização de atividades regulares nos espaços. Procedeu-se à inauguração do Espaço da Quinta. Prosseguindo-se a estratégia de gestão do Parque Habitacional Municipal, deu-se continuidade ao projeto de constituição de condomínios.*

*Os serviços operacionais do DOM realizaram, por Administração Direta, largas centenas de intervenções de beneficiação e de reparação da **REDE VIÁRIA E ESPAÇO PÚBLICO**, nos equipamentos municipais e em viaturas e máquinas.*

Ao nível da manutenção de edifícios municipais destacam-se as intervenções na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, no Edifício Sado, na Piscina das Manteigadas, no Viveiro das Amoreiras e em vários edifícios de habitação pública Municipal.

*No que respeita a intervenções em **ESPAÇO PÚBLICO**, sublinham-se os trabalhos na Av. Álvaro Cunhal, Av. Rodrigues Manito, Quebedo, Av. Bento Jesus Caraça, bem como, as intervenções de manutenção de diversas fontes. No plano da Requalificação da Rede Viária foi também assegurado por administração direta um vasto conjunto de intervenções, sublinhando-se o Eco Parque do Outão, Av. S. Francisco Xavier, a R. Padre José Maria Nunes da Silva e o Mercado de Azeitão, Rua Fernão Lopes. Os serviços operacionais do DOM garantiram ainda o apoio aos vários serviços municipais em trabalhos de eletricidade, carpintaria, canalização, pintura, serralharia e construção civil.*

Tendo por base o Mapa de Pessoal para o ano de 2018, alterado em consideração com a publicação da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, que estabeleceu o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, a Câmara Municipal de Setúbal, procedeu a novos recrutamentos de pessoal, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Em consequência da abertura de procedimentos concursais, e de processos de mobilidades internas, iniciados e concluídos em 2018, ingressaram no Mapa de Pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTFPTI) 163 trabalhadores, distribuídos pelas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional.

Promoveu-se a continuidade dos processos de regularização dos trabalhadores por carreiras profissionais através do regime jurídico das modalidades de mobilidades intercarreiras e intercategorias, estabelecido na Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Concluiu-se o processo de reposicionamento remuneratório dos trabalhadores com dez ou mais pontos, resultado das avaliações do desempenho até ao ciclo avaliativo de 2015/2016, em consequência do descongelamento das carreiras profissionais da Administração Pública, previsto no Orçamento do Estado para 2018.

Na vertente disciplinar foram concluídos vinte processos disciplinares e três de inquérito, No âmbito da matéria disciplinar, foi dada relevância, além da sanção, à articulação com outros serviços, às necessidades e precauções apuradas em sede de processo disciplinar para melhor correção de atitudes e comportamentos, nomeadamente para que, aquando da

investigação efetuada, se sinalizem questões que carecem de acompanhamento por outros serviços e/ou instituições.

Em matéria de instrumentos de gestão desenvolvidos em 2018, merecem destaque o Balanço Social, o Estudo do Absentismo, a Revisão do Regulamento Municipal do Horário de Trabalho e o Mapa de Pessoal para 2019.

Com base num Plano Anual de Formação Profissional, desenvolveu-se, ao longo do ano de 2018, setenta ações de formação dirigidas a todas as áreas de competências das unidades orgânicas da Câmara Municipal.

Procurando melhorar o bem-estar dos trabalhadores ao serviço do Município, reforçou-se a equipa ao serviço da medicina do trabalho com mais um profissional de saúde, na área da psicologia clínica, complementando a equipa já composta por uma médica do trabalho, enfermeiro e duas assistentes técnicas para apoio na área de gestão administrativa.

Durante o ano de 2018, concretizaram-se 638 consultas, distribuídas pelas áreas de enfermagem, medicina do trabalho e de psicologia clínica.

A garantia do bem-estar dos trabalhadores não se resume, apenas, às consultas acima referidas, mas, também, no âmbito das auditorias às condições de higiene e segurança no trabalho, com a conclusão de 29 relatórios de auditorias aos locais de trabalho, com as recomendações técnicas que as unidades orgânicas procuram dar resposta.

No setor de urbanismo o dado mais relevante em 2018 foi, sem dúvida, o aumento do número de processos, com forte incremento das ações de reabilitação urbana.

Mais uma vez foi dada continuidade à desmaterialização dos processos de urbanismo, projeto ainda em curso, e à disponibilização da informação SIG, nomeadamente através da criação do GEOPORTAL do município,

Foi formalmente aprovado o **PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E TRANSPORTES DE SETÚBAL**, peça chave na implementação de um sistema integrado de transportes que contemple soluções que viabilizem a adoção de políticas de gestão da mobilidade sustentáveis.

A proposta de **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO TARIFADO E DE DURAÇÃO LIMITADA NO CONCELHO DE SETÚBAL** foi apresentada à câmara, assim como os parques de estacionamento enterrados a submeter a concurso.

Em matéria de ordenamento e elaboração de planos, foi concluído e apresentado o **PLANO DE PORMENOR DA SALMOURA**, acompanhado do programa de execução e respetivo plano de financiamento. A elaboração deste plano de pormenor tem origem na necessidade de reestruturação do território e de definição de uma hierarquia viária e infraestruturção a nível global. Foi feito o acompanhamento sistemático dos trabalhos, tendo sido fornecidos elementos de trabalho a equipa externa com vista às correspondentes fases de trabalho definidas nos termos de referência (caraterização e diagnóstico e proposta de plano).

Foi, igualmente, concluído o plano de **PORMENOR DA FRENTE NORTE DA AVENIDA LUÍSA TODI** e iniciou-se a elaboração do **PLANO DE PORMENOR DA MITRENA**, concluindo-se a fase de diagnóstico e proposta técnica de ocupação urbana.

Com o objetivo de elaborar os estudos de ocupação urbana da frente ribeirinha de Setúbal, nomeadamente na área envolvente ao Mercado do Livramento e da área poente da frente ribeirinha, foram estabelecidas medidas preventivas para a frente ribeirinha de Setúbal.

O processo de revisão do **PLANO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA** contra Incêndios dos municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal foi iniciado.

Facto da maior relevância foi a apresentação à CCDR-LVT, pela Câmara Municipal, da proposta do novo **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SETÚBAL**.

No processo de revisão do PDM, a equipa que desenvolveu este trabalho coordenou, acompanhou e elaborou os trabalhos técnicos nas componentes da Estrutura Ecológica Municipal; Mapas de Ruído; Carta de Riscos; Carta da Reserva Ecológica Nacional, Carta de ordenamento, Regulamento, Relatório do Plano, Revisão do quadro SWOT do Concelho. Acompanhou o trabalho de delimitação das Áreas de Edificação Dispersa e de sistematização da informação sobre as condicionantes e fez a análise de processos de obra na área da RNES e PNA, a estruturação da lista de projetos a integrar o Programa de Execução

(Municipal) e a avaliação da continuidade do trabalho da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM.

Os trabalhos realizados permitem fundamentar, de forma robusta, a proposta de Plano, adequando-o à realidade local e à sua dinâmica urbanística, social, económica e ambiental. Pretende-se com estes estudos obter um Plano Diretor Municipal, de base estratégica, flexível e capaz de dar resposta em contextos de incerteza como é aquele em que vivemos atualmente, visando o desenvolvimento sustentado do território.

Com a apresentação do PDM à CCDR-LVT no fim de 2018 concluiu-se a execução do novo modelo de ordenamento do PDM, incluindo a elaboração das peças escritas e desenhadas que constituem e acompanham o plano em referência, bem como a elaboração de estudos tendentes a definição de opções de planeamento.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Sra. Presidente, apesar dessa longa demonstração daquilo que foi o plano de atividades, que nós registamos certamente como boa na maioria da sua execução, o executivo, serve, efetivamente para transformar a cidade e fazer bem as coisas. Focou-se no plano de atividades, nós focamo-nos mais naquilo que é a execução orçamental.

Orçamento de 2018 previa um valor de 129,5 milhões de euros. O Partido Socialista votou contra, entre outras razões, por entender que as receitas desse orçamento estavam altamente empoladas e as despesas seriam impossíveis de realizar e de concretizar.

Esta prestação de contas é a prova disso, com uma execução de 68,5 por cento, apresentando um valor global de 88,8 milhões de euros. Confirma-se, assim, uma execução baixa, face aos compromissos apresentados em orçamento.

No que se refere às grandes opções do plano (GOP), sinónimo de investimento, o valor executado ficou muito aquém do esperado, particularmente no que se refere ao plano plurianual de investimento e não há argumento político que possa justificar uma execução de apenas 39,63 por cento.

É particularmente relevante e, também, preocupante a incapacidade para cumprir o plano de investimentos referente às funções sociais, a qual apresenta uma execução que não ultrapassa os 39 por cento.

A fraca execução orçamental é pelo aumento da dívida a fornecedores, bem como do valor do empréstimo de médio e longo prazo. Os compromissos por pagar ascendem já a 32 milhões de euros, um valor que vem crescendo de ano para ano, aliás, como o valor dos compromissos assumidos, que ultrapassou os 120 milhões de euros.

Aproveitamos, também, para perguntar à Sra. Presidente qual o prazo médio de pagamento atual e qual a evolução relativamente a 2017, de pagamento a fornecedores.

A receita obtida por via dos impostos diretos caiu 5,29 por cento, por efeito exclusivo da queda do IMT e da Derrama. A queda da receita cobrada por via destes dois impostos é reflexo do abrandamento da atividade económica do concelho.

Os vereadores socialistas consideram, assim, que a execução orçamental ficou aquém do esperado e alertam também, para a necessidade de uma política contínua de equilibrar o investimento, que promova a qualidade de vida do concelho, em conjunto com uma política orçamental que não coloque em causa a sustentabilidade financeira do Município.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Sra. Presidente, eu tentei registar tudo aquilo que disse. Deverá compreender que não consegui registar tudo, mas consegui compreender a extensão e, naturalmente, que percebo a importância que quer dar ao trabalho. É o momento de, precisamente, fazer o ponto da situação do trabalho.

Perdoem-me, eu não trouxe uma leitura, mas isso não significa que não tenha feito a leitura da prestação de contas. E, vou procurar ser bastante conciso, até, que é para não ser repetitivo.

No que diz respeito àquilo que é a execução orçamental, convenhamos que o orçamento é sempre um documento difícil de ser feito, Ele é uma combinação de vontades e, portanto, nascem sempre algumas coisas que ficam por fazer e outras que nós pretendemos fazer. Mas, naquilo que é a respetiva execução orçamental, nós verificamos, efetivamente, que ela não está dentro dos índices que seriam ideais. 39,96% de execução orçamental não é, de todo, aquilo que se pretende, especialmente porque o orçamento, naturalmente, reflete aquilo que é a vontade política da maioria da CDU.

Em segundo lugar, destes 39,96%, poderíamos, ainda, porventura, vir a identificar que talvez nas rubricas mais importantes existisse uma execução mais acelerada ou, porventura, que algumas rubricas tivessem, efetivamente, um ajustamento àquilo que é a realidade dentro daquilo que é o plano plurianual de investimentos. Contudo, ainda existem algumas rubricas, dentro destas que acabei de mencionar, relevantes a nível de investimento, como o abastecimento de água, saneamento ou, mesmo, a reabilitação do parque habitacional da Câmara Municipal, onde a execução orçamental deveria apresentar índices maiores, designadamente, por exemplo, para abastecimento de água 67,01%, saneamento 42,99%, reabilitação do parque habitacional 99,14%.

Portanto, como é evidente, sendo este um orçamento que foi pensado pela maioria da CDU, com investimentos pensados pela maioria da CDU, gostaríamos nós que, em algumas áreas mais estruturais, do ponto de vista das infraestruturas para a cidade, a execução fosse melhor, independentemente de a execução global ser mais baixa, sendo certo que esta história da execução, muitas vezes, pode ser vista de dois prismas.

Não queria deixar de colocar uma questão que é relevante, sem antes, peço desculpa de mencionar, como é evidente que, no que diz respeito àquilo que é a estrutura do orçamento da Câmara Municipal, nós continuamos a olhar com preocupação aquilo que é o registo do endividamento, sendo que esta preocupação aparece cada vez sem encontrar um caminho de consolidação.

Esperemos que também encontre cada vez mais, no futuro, um caminho de redução, porque o serviço da dívida é elevado e os custos financeiros roubam, naturalmente, espaço de manobra à Câmara Municipal. Roubam dinheiro, por assim dizer. Retiram a capacidade de investimento à Câmara Municipal.

Eu não queria deixar de trazer uma questão, até porque, quando foi a última reunião da Câmara Municipal, houve um munícipe que se dirigiu aqui e perguntou pela Taxa Municipal de Proteção Civil e o Vice-Presidente Manuel Pisco referiu, até, e foi ele próprio que remeteu para este documento, no que diz respeito à Taxa Municipal de Proteção Civil, sendo que a pergunta que faço é: Dentro do documento que aqui é apresentado, sendo que há uma metodologia que já foi definida por parte da maioria da CDU, em que se pretende fazer encontro de contas, mas o encontro de contas, do ponto de vista contabilístico, não deixa de registar aquilo que seria a receita e aquilo que seria a respetiva despesa.

Pergunto se, de alguma forma, isso está refletido nesta prestação de contas. Se não estiver aqui refletido, qual seria, então, o plano para esta matéria? Eu não deixo de, obviamente, reconhecer que este é um desafio para a Câmara Municipal de Setúbal. Não deixo de reconhecer que não se pode pagar a toda a gente ao mesmo tempo, não deixo de reconhecer que, efetivamente, é uma injustiça, até, que um município que contribui com a Proteção Civil, não só para o bem da sua população, mas que ajuda para o bem da região, que tenha, agora, um encargo e que seja apanhado de surpresa neste encargo.

Ainda assim, aquilo que é pedido pelos respetivos municípios, a Câmara Municipal tem que ter, efetivamente, uma resposta. E é essa resposta que pergunto, aqui, se já está, ou não, delineada ou se está, em curso e, se sim, qual a execução que ocorreu.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira - É compreensível que para o PS tudo vai mal, nomeadamente do ponto de vista financeiro, nesta câmara. Não poderia ser outro o discurso, é compreensível, de tentar criar uma carga ou tentar jogar com os números financeiros, para contrariar aquilo que é uma ideia que a população de Setúbal tem do trabalho crescente que vai sendo desenvolvido, pela qualidade desse trabalho e pela qualidade de vida, que, não

sendo ainda aquela que queremos e que ambicionamos, mas aquela que já atingimos neste município.

E, nesse sentido, nesta prestação de contas, para além de toda a prestação de atividade que a Sra. Presidente já aqui referiu e que foi muito resumida, para caber numa intervenção, se formos verificar os relatórios de atividade que vão sendo desenvolvidos trimestralmente veremos que esta atividade poderia ser multiplicada várias vezes, mas para a viabilidade desta discussão, teve que ser concisa, apesar de tão concisa que foi ser tão extensa. Parece um paradoxo, mas não é.

Mas queria, aqui, relevar alguns aspetos desta prestação de contas e da conta de gerência. Uma, primeira, é o crescimento da execução relativamente aos anos anteriores. Não temos o grau de execução, tanto do Plano Plurianual de Investimentos como do Plano de Atividades que gostaríamos e desejaríamos, mas nota-se um crescimento nessa capacidade de execução.

E queria, nessa capacidade de execução, com uma ressalva, que não explicará, naturalmente, todas dificuldades, mas que explica uma parte delas. É que no ano transato, tal como no outro anterior, provavelmente por preocupações de controlo orçamental e de défice por parte do Governo português, o que verificámos foi o permanente atraso na publicação dos avisos dos programas do POR Lisboa 2020, com a consequência dos atrasos na execução de um conjunto de investimentos programados e planeados e esses atrasos foram significativos e não foi apenas a população de Setúbal que sofreu com isso, mas a população portuguesa em geral.

Depois, queria relevar, também, a evolução da composição da despesa. É que volta a crescer o peso da despesa de capital relativamente à despesa corrente. Significa uma aposta e uma preocupação deste executivo de, em todos os anos do mandato, manter um grau elevado de execução de projetos e de investimento e de não proceder a um mero calendário eleitoral, como é muito habitual em muitos municípios, em muitos governos, já agora, e que, neste município, procura-se durante todo o mandato manter um grau elevado de despesa de capital, de despesa de investimento.

Inclusivamente, aproximamo-nos, em 2018, da composição verificada no ano de 2016, que foi o último ano do mandato anterior, o último ano completo do mandato anterior. Portanto, acho que isto é bastante interessante.

Já agora, um esclarecimento, é que de IMT e da Derrama nem sempre resulta de abrandamento da atividade económica, porque, senão, estaríamos, se calhar, a viver nalgum outro espaço. É porque o que se verifica em Setúbal não é o abrandamento nem o encerramento de atividade económica, bem pelo contrário. Penso que basta andarmos pelas ruas e pelos bairros e pelos vários lugares da nossa cidade e do nosso concelho, para verificarmos exatamente o contrário.

O que se verifica, por exemplo, é que o Município teve que devolver IMT e derrama cobrada em anos anteriores, em resultado de alguns grupos económicos terem reclamado, junto das Finanças, para devolução de IMT e de derrama pagos, ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais. E, já agora, ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais e benefícios fiscais imorais e injustos, que permitem a estes grupos económicos fazerem todo o planeamento fiscal e todas operações que lhes permitam diminuir os seus impostos, com prejuízo claro das populações e, em concreto, dos munícipes de Setúbal.

E, neste caso concreto, estamos perante uma situação dessas, de Derrama e de IMT cobrados em anos anteriores que tiveram que ser, entretanto, devolvidos no último exercício, ou seja, no último ano.

Há um aspeto que eu queria, também, relevar nesta Prestação de Contas, que é o facto de mantermos aquela trajetória de redução da dívida e, nomeadamente, de redução da dívida de curto prazo, que é aquela que afeta de forma mais clara as várias empresas e a atividade económica, nomeadamente do nosso Município.

Não estamos, ainda, aos níveis que gostaríamos, mas estamos a caminhar e a dívida global da Câmara mantém uma trajetória, também, de redução e eu penso que isso é salutar, é importante e deve ser relevado e deve ser muito valorizado, nesta Prestação de Contas.

De resto, esta Prestação de Contas vem demonstrar aquilo que tem sido opção política da CDU neste município. É que, perante as dificuldades financeiras e económicas em que encontramos esta Câmara, a opção do Município poderia ter sido de parar. De parar a atividade e de amealhar e de equilibrar as contas num prazo muito curto, com consequências muito graves, naturalmente, para os serviços prestados à população e para a qualidade de vida da população. O tipo de estratégia, foi usada entre 2011 e 2015, nomeadamente pelo Governo PSD/CDS e que no PS, no final do mandato, a partir de 2009, também foi adotado pelo Governo do então Primeiro-Ministro José Sócrates, do Partido Socialista.

E o Município de Setúbal e a CDU no Município de Setúbal optaram sempre por procurar reequilibrar as contas numa trajetória que não significasse o prejuízo para a população de Setúbal. Naturalmente, a redução do nível de dívida não tem o ritmo que poderia ter se parássemos e deixássemos de ter atividade, mas isso significaria que teríamos hoje um concelho pior, com pior qualidade de vida e em que os munícipes teriam maiores dificuldades de viverem e onde as empresas não queriam vir para cá trabalhar, não queriam vir investir em Setúbal e onde o desemprego, em Setúbal, seria uma realidade com níveis muito dramáticos, ao contrário do que sucede hoje, em que, mantendo níveis que nos devem manter preocupação, conseguimos, hoje, ter um nível de desemprego inferior à média do país.

Penso que isso é significativo e deve ser muito valorizado. Talvez seja por isso, seja por esta opção, que a população de Setúbal, eleição após eleição, tem optado, de facto, por votar na CDU e, nestas últimas eleições autárquicas, decidiu pelo reforço eleitoral da CDU e de responsabilidades que a CDU tem, portanto, perante a sua população e o concelho.

Sr. Vice-Presidente – Sobre a Taxa de Proteção Civil, é muito simples aquilo que eu disse. Há bocado, o Vereador Paulino também estava a dizer que eu disse uma coisa que não foi aquilo que ele disse que eu disse, foi ao lado. E, agora, também foi ao lado. O que eu disse foi que, a seguir à Prestação de Contas, seguia-se iniciar esta devolução com um plano. Foi isso que referi da informação financeira que havia.

Mas é um problema real. Referiu dois que nos pesam, é o peso do serviço da dívida. Nós temos 4,6 milhões de euros em custos do serviço da dívida. Dívida, volto a dizer, que é amortização de médio e longo prazo, vem de trás, de outras épocas, não é? E mais uns juros. Não é a parte mais significativa, mas são 4,6 milhões de euros que nos pesam a menos, e, depois, a questão que me referiram. Era essa que ia responder, assim mais de imediato, é a questão do único indicador que poderão referir como menos bom.

Depois de todas as peripécias por que nós passámos, ao longo dos anos, dos mandatos, nós pusemos esta Câmara em condições de investir cada vez mais, ter uma receita cada vez maior e só tem limitações na execução orçamental, que era aquilo que estava a ser referido como negativo.

O único fator é a taxa de execução não ser suficientemente boa, porque está, naturalmente, a despesa - para quem é responsável na gestão – limitada à receita. E, nessa limitação, contam 21 milhões de euros que estão liquidados e não conseguiram ser cobrados.

Portanto, nós temos qualquer coisa como cerca de 26 milhões de euros de dívidas de curto prazo. Foi isso que realizámos neste ano de 2018. Médio e longo prazo será outro tanto, que deverão ser pagas com o tempo, que nos custam o tal serviço de dívida dos tais 5 milhões, mas nós temos aqui, quanto estas dívidas de curto prazo de 26 milhões, 21 milhões que, se tivessem sido recebidos, nos deixavam com esta dívida de 5 milhões por pagar. Isto dá bem nota do equilíbrio das contas.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Não quero maçar muito o Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco. Vamos imaginar um município hipotético. Imaginemos que nós tínhamos 10 rubricas e uma dessas rubricas tinha uma execução de 100 por cento e as outras tinham, todas, execução de zero. Você tinha uma execução orçamental de 10 por cento. Possivelmente, porque depende daquilo que você orçamenta.

E, portanto, esta questão da execução orçamental dos 39,96 por cento, nós podemos dizer que é muito boa ou que é muito má, mas, se houver alguma rubrica que estiver muito bem executada e for muito importante para o Município, a execução orçamental é irrelevante.

Daí se ter falado, efetivamente, aqui de algumas rubricas que são mais importantes e estruturais, ou seja, que são investimentos de infraestrutura para o Município. E é importante não desmerecer isto, porque o resto é tudo contabilidade e a contabilidade, reflete uma realidade que, muitas vezes, não passa de números.

Agora, como é evidente, eu não quis foi entrar aqui em demasiado detalhe e pormenor, porque nós já discutimos, com as propostas que aqui vêm, os IMI, já discutidos, com as propostas que aqui vêm, investimentos, os que nós achamos que estão certos, os que nós achamos que estão errados. Isto é um reflexo disso tudo. Portanto, eu estar aqui a fazer o balanço daquilo que são as minhas votações seria um exercício que vos iria maçar por completo.

Agora, não significa que eu esteja de acordo com uma Prestação de Contas que reflete um orçamento com que eu não concordo, porque, politicamente, não concordo com as opções. E, portanto, não é só a execução orçamental, como é evidente. Há aqui opções das quais nós discordamos. Agora, sim, é que ia aplicar aquela expressão que já aqui usaram duas vezes: se eu estivesse a discriminar os pontos com que eu não concordo era chover no molhado, porque nós já fazemos isso ao longo do mandato. Portanto, não é só a execução orçamental.

Sra. Presidente - Queria saudar esta intervenção do Vereador Nuno Carvalho. Depende daquilo que nós consideremos que seja a evolução das pessoas, não é? Na minha perspetiva, acho que o Vereador Nuno Carvalho está a ter uma evolução fantástica. Para quem ouviu aqui, no mandato passado ou há dois mandatos, a sua intervenção sobre o 25 de Abril, quando era deputado municipal, e quem o ouve hoje, a evolução é estrondosa. Eu não me canso de lhe dar elogios.

Você, se ouvisse aquela gravação, fugia. Dizia: *"Eu não penso nada disto. Eu não penso nada disto"*, porque, de facto, não estive lá. Estava lá, estava lá. É que nunca mais esqueci. É que eu estava lá.

E, portanto, ouvir as suas intervenções hoje revela uma maturidade e uma evolução, na minha perspetiva. Pode não ser isso para os outros, mas para mim é e eu não me canso de dar elogios. Posso vir a arrepender-me, mas olhe, eu sou assim. Não me canso de lhe dar elogios pelo seu discernimento e bom senso de maturidade.

Acho que a sua intervenção relativamente às contas, colocando a sua perspetiva política, como é óbvio, mas sempre com elevação, com dignidade e com maturidade.

Mas aquele do 25 de Abril é que foi muito difícil. Olhe que foi dos piores. Foi difícil, foi dos piores. Nem o CDS falou assim, nunca.

Agora, elogio dou-lhe eu, porque a forma de bom senso, sem ser faccioso, com que olha para os problemas e para aquilo que pode ser resolvido, a forma como olha para as coisas. Eu acho que tenho que dizer isto, porque a forma como olhou para os números, com as devidas preocupações, como é óbvio.

Mas, em relação ao serviço da dívida e isso, quero dizer que aqui no relatório de gestão, na página 52, a dívida de médio e logo prazo não aumentou, diminuiu. Não diminuiu como nós queríamos, porque ela estava a diminuir a uma velocidade de 4 milhões/ano. Nós começámos com uma dívida de médio e longo prazo de 67 milhões, que era o Contrato de Reequilíbrio Financeiro, mais o que já lá estava. Estavam lá mais 20 milhões, do PER e com outros compromissos, que, na altura, foram assumidos.

Portanto, hoje temos cerca de 80 e tal milhões. Hoje, estão lá 25 milhões de euros no serviço da dívida de médio e longo. E ela só não está mais pequena, menos 3 milhões e tal, porque, entretanto, fizemos dívida para pagar as nossas participações nos fundos, nas obras comunitárias. Portanto, elas estão aqui refletidas, o que quer dizer que o ano passado nós baixámos 1 milhão e 400 mil euros. Foi o que baixámos no médio e longo prazo. O que é bom, porque temos obra, quer dizer que estamos a fazer obra, mas baixámos a dívida, ao contrário de outras opções de câmaras. E eu não digo opções políticas, porque camaradas



meus também optaram por essa via, que eu acho que é errada, de dizerem: “*Não se faz obra, porque temos que pagar dívidas*”. E, depois, ficam todos contentes, porque têm dinheiro no banco.

As câmaras não são entidades bancárias. As câmaras estão aqui para resolver as necessidades das pessoas. Para resolver os problemas das refeições escolares, dos transportes, das escolas, dos jardins, das ruas, da habitação. É para isso que as câmaras estão cá, não é para serem caixas bancárias ou para chegar ao fim do ano e dizer assim: “*Ah, que bom, que bom, olhe tenho as dívidas pagas*”.

Tenho que ir gerindo a dívida, tenho que ir pagando às pessoas, mas tenho que resolver os problemas das pessoas. Portanto, acho que a nossa dívida de curto prazo do ano passado neste trimestre já baixou. Já estamos em dívida com 3 milhões, mas estamos aqui, em dezembro, acabámos a de curto prazo com 26 milhões e a de médio e longo prazo 25. Portanto, acho que não estamos a ir mal.

A taxa de execução foi de 68 por cento e, portanto, o Partido Socialista tinha taxas de execução de 20 por cento, de 15 por cento.

Tivemos um decréscimo nos impostos. Quero dizer-vos que este ano ganhámos menos impostos, 2.202.000 euros. Perdemos na Derrama, que foi aquilo que explicou o Vereador Ricardo, porque há empresas que tinham processos a correr em Tribunal e, depois, o Tribunal dá-lhes razão e vão imediatamente às Finanças e as Finanças não nos avisam e tiram 1 milhão e tal, 500 mil. É o que for. Portanto, ficámos a perder e aí as Finanças retiram da nossa conta. O IMT, em que tivemos uma quebra de 1.329.000€. Isto também é estranho, mas é por causa destes processos. Subimos no IMI 126 mil euros, quer dizer, menos 2 milhões e tal.

Pela primeira vez, temos uma receita de 88.766 mil. Isto não foi à base dos impostos, porque, como vos disse, perdemos dois milhões de impostos. No ano 2015 tivemos 81 milhões de receita, 2016 83 milhões, de 2017 baixou para 81 e agora temos 88. Foi preciso trabalhar muito e isto foi uma amostra daquilo que nós trabalhamos. Foi necessário dizer, como dizia o Vereador Nuno Carvalho: “*A execução não está, muitas vezes, nos números.*”

Estes números refletem, se fizermos bem as contas, quase 100 por cento daquilo que nós podíamos executar. Porque, de facto, o resto está no equilíbrio e não podia ser executado mais, porque, se fizéssemos nós mais, então o relatório seria maior.

Dizer que, em relação à proteção civil, há processos que vão ter agora mais desenvolvimento, mas já há muitos processos em que já foram feitos acordos com as empresas. Já muitos eu assinei. Já houveram muitas reuniões para se começarem a concretizar esses planos, mas alguns já foram concretizados.

Em relação ao Vereador Fernando Paulino, acho que já respondi. A nossa execução é 68. A vossa andava pelos 25, pelos 15. E muita casa, muita propriedade, para equilibrar o orçamento, porque aquilo era assim. Portanto, o prazo médio está aqui na página 57 - foi o vereador que perguntou - e estamos com 147 dias de atraso. Baixou 38 dias, face ao ano de 2017.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

6. Deliberação n.º 157/19 – Proposta n.º 20/2019 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público N.º 14/2019/DAF/DICOMP/SECOMP com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a prestação de serviços de fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e 1.º ciclo da rede pública do concelho, para o ano letivo 2019/2020

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 a 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a



Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 158/19 – Proposta n.º 11/2019 – DURB – Alterações ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público e da Afixação, Inscrição e Difusão de Mensagens Publicitárias de Natureza Comercial

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 a 35, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 159/19 – Proposta n.º 12/2019 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por 3 pedidos de certidão de infraestruturas – CHESETÚBAL – Cooperativa de Habitação e Construção Económica de Setúbal, C.R.L. – Programas habitacionais da Azeda / Av. General Daniel de Sousa / Quinta Santo António – Junta de Freguesia de São Sebastião e União de Freguesias de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 160/19 – Proposta n.º 13/2019 – DURB/DIPU/GAP – Prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas estabelecidas para a Frente Ribeirinha de Setúbal, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal – Parecer da CCDRL-VT, ao abrigo do disposto no N.º 7, do artigo 141.º, do RJIGT

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 a 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 161/19 – Proposta n.º 14/2019 – DURB/DIMOT – Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal e alteração do RTORMS

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 a 42.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Eu prometi, há pouco, que não me ia alongar nesta proposta, porque, ao fim e ao cabo, iríamos estar a repetir-nos, com base naqueles argumentos com que há pouco discutimos a proposta da concessão.

Dizer, apenas, de forma muito sucinta, que fizemos, penso que 10 ou 11 recomendações. Foram aceites duas.

No entanto, no essencial, nomeadamente o facto de as IPSS poderem ter o dístico de residente, para poderem estacionar nas zonas para residentes e não pagarem, estarem isentas de qualquer tarifa e a questão dos segundos dísticos dos comerciantes, das empresas, que na altura, quando se apresentou, também foi, de alguma forma, parcialmente assumido que seria uma questão a rever e foi revista.

As outras, as restantes recomendações não foram atendidas por, enfim, razões várias, que já rebatemos na última proposta.

Dizer que, por uma questão de coerência, como é óbvio, não nos revemos nesta proposta de regulamento e, por isso, iremos votar contra.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista considera que o tema da Mobilidade é fundamental e estratégico na gestão de uma cidade com a dimensão da nossa e, por isso, os autarcas do PS têm vindo a assumir ao longo dos anos inúmeras preocupações sobre o tema.*

A regulação do estacionamento e respetiva fiscalização é, nos dias de hoje, nos centros urbanos, um dos fatores mais importantes para um correto ordenamento do território e para o respeito pelos cidadãos de forma a que possam usufruir dos espaços públicos. Nesse sentido, aquando da criação de lugares de estacionamento tarifados, o objetivo foi o de disciplinar o estacionamento na zona da baixa da cidade e criar condições para que quem quisesse aceder ao comércio ou aos serviços aí localizados encontrasse estacionamento. E esses objetivos foram atingidos. O diagnóstico então realizado apontava para a necessidade de que futuros alargamentos de zonas tarifadas fossem acompanhados pela criação de parques (se possíveis subterrâneos) com tarifas reduzidas para poderem ser utilizados por quem se desloca para os locais de trabalho ou para tomar outro meio de transporte.

Concordamos com os objetivos, mas consideramos que as medidas propostas nesta versão final do regulamento não só não irão permitir atingi-los, como, a serem implementadas na sua totalidade, poderão vir a ser fortemente penalizadores para os cidadãos.

Entendemos que se, de futuro, a possibilidade de estacionamento sem pagamento diminuir, não havendo fiscalização ou policiamento, e com os elevados e abusivos preços do estacionamento tarifado propostos neste regulamento, o que se irá verificar será uma cada vez maior anarquia do estacionamento, contrariando o efeito desejado.

Olhando para o mapa de zonamento proposto verifica-se que mais de metade da cidade passará a ser tarifada para efeitos de estacionamento. Grande parte da zona da baixa da cidade (onde se situa a maior parte do comércio e dos serviços) ficará com estacionamento tarifado, zonas azul ou vermelha, bem como a esmagadora maioria das zonas residenciais passará também a ser tarifada, zona amarela. Como se não bastasse este enorme aumento do zonamento a tarifar, a proposta de regulamento prevê ainda um brutal e enorme aumento das tarifas a cobrar em todas as zonas, para valores muito superiores, aos praticados noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, idênticos a Setúbal, quando o nível de vida e o poder de compra é bem inferior no nosso concelho.

Além do mais, no âmbito do período de consulta pública que decorreu até 18 de março, o PS apresentou um conjunto de propostas de alteração que entende serem pertinentes e necessárias, para bem dos Setubalenses e da Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade. Apenas foram aceites as propostas de aumentar para 2 o número máximo de dísticos para empresas, e o de incluir como beneficiárias do dístico de residente as Instituições Particulares de Solidariedade Social que prestem serviço de apoio domiciliário no concelho de Setúbal. Entre as restantes propostas rejeitadas destacam-se a redução das tarifas em todas as 3 zonas para valores , a redução dos valores cobrados pelos dísticos de residente para todas as viaturas, o não tarifamento, na Zona Amarela, dos os seguintes Bairros: Quinta Alves da Silva – Liceu - Vanicelos – Amoreiras – Urbisado – Bairro Santos Nicolau – Bairro da Conceição – Moinho do Frade – 4 Caminhos – Fonte do Lavra – Praça de Portugal – Av. Jaime Cortesão – Av. Inf. Dom Henrique – Av. D. Manuel I. Já na Zona Azul propusemos que a zona ribeirinha poente (entre o edifício dos pescadores na avenida José Mourinho e até ao Parque Urbano de Albarquel), fosse tarifada apenas nos meses de julho, agosto e setembro. Propusemos ainda que fossem garantidos 20% de lugares de estacionamento

exclusivos para residentes, nas zonas azul e amarela, através da delimitação e sinalização de lugares específicos para o efeito, uma vez que o uso do dístico de residente não garante, por si só que os residentes tenham efetivamente lugar junto à sua residência. Sugerimos ainda que não deveriam haver zonas totalmente tarifadas, mas antes determinados arruamentos/espacos tarifados, à semelhança do que acontece na maioria das cidades, uma vez que proposta, tal como é apresentada pelo executivo, e sendo aprovada, permitirá que, no futuro, todos os lugares de estacionamento sejam tarifados. Todas estas propostas apresentadas pelo PS foram rejeitadas, e nenhuma delas foi incluída ou tida em conta nesta proposta final de regulamento que o executivo agora apresentou.

A presente proposta de regulamento está feita à medida e para satisfazer as necessidades da proposta de concurso público de construção e exploração dos 3 parques de estacionamento subterrâneos, que afinal será apenas um em 2022, um segundo em 2024 e um terceiro que dificilmente verá a luz do dia em 2040. Além do mais, o presente regulamento prevê ainda um aumento para 8300 lugares tarifados, face aos 1487 atualmente existentes, ou seja, um acréscimo de mais 6.813 lugares tarifados, que correspondem a um aumento de mais de 500%, e abrangendo bairros puramente residenciais, relativamente aos quais não vemos vantagens de tarifamento. Em suma, temos, portanto, com esta proposta não uma concessão que serve o regulamento, mas sim um regulamento que serve uma concessão.

Nos moldes em que é apresentado e proposto este regulamento não vem, portanto, dar resposta às necessidades de estacionamento e de mobilidade da cidade, levantando muitas dúvidas sobre o impacto que terá na economia local em alguns pontos da cidade, além de vir castigar, ainda mais severamente, os setubalenses com um aumento dos preços para valores abusivos e exagerados pelo uso do transporte individual, sendo, assim encarado, apenas e só uma forma da CMS arrecadar mais dinheiro e aumentar a receita da autarquia, a todo o custo, nomeadamente à conta da sobrecarga sobre a classe média já de si bastante fustigada por uma política fiscal municipal, em comparação com outros municípios.

Em suma, temos, portanto um regulamento, que serve para uma proposta de concurso público de uma concessão.

Pelas razões enunciadas, os vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta apresenta.”

11. Deliberação n.º 162/19 – Proposta n.º 15/2019 – DURB/DIMOT – Acordo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., para constituição de Agrupamento de entidades adjudicantes, no concurso de concessão do estacionamento tarifado

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Por uma questão de coerência, obviamente, somos favoráveis a que a Câmara e a APSS se juntem para partilhar, para fazer a gestão deste concurso, mas, sendo contra o concurso ou a proposta do concurso aprovada, iremos, naturalmente, votar contra.

Concordamos com o facto da APSS e da Câmara terem esta proximidade e fazerem esta gestão conjunta. É fundamental. Não concordamos é com a proposta do concurso que foi aprovada e, portanto, por uma questão de coerência, temos que votar contra, senão é que seria estranho.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.



Sr. Vereador Nuno Carvalho – Fez a seguinte declaração de voto: *“Apenas dizer que, naturalmente, estando conexas com a proposta do regulamento e com o concurso público, o meu voto é contra e nada mais.”*

12. Deliberação n.º 163/19 – Proposta n.º 08/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 14/2018 – DAFRH/DIRH/GC – Contra Mónica Alexandra dos Santos Dias

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos SIM, 1 voto NÃO e 2 votos BRANCO.

13. Deliberação n.º 164/19 – Proposta n.º 09/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 08/2018 – DAFRH/DIRH/GC – Contra José Francisco de Jesus Pereira

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos SIM, 1 voto NÃO e 2 votos BRANCO.

14. Deliberação n.º 165/19 – Proposta n.º 10/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 11/2018 – DAFRH/DIRH/GC – Contra Eusébio Eugénio Rodrigues Hilário

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos SIM, 1 voto NÃO e 1 voto BRANCO.

Ausentou-se da sala de sessões, a Sra. Vereadora Sandra Gomes.

15. Deliberação n.º 166/19 – Proposta n.º 11/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 09/2018 – DAFRH/DIRH/GC – Contra José Manuel Gomes da Conceição

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos SIM, 2 votos NÃO e 1 voto BRANCO.

Regressou à sala de sessões, a Sra. Vereadora Sandra Gomes.

16. Deliberação n.º 167/19 – Proposta n.º 08/2019 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal – Bairro 25 de Abril – Rua António Aleixo, 12 – Cave Esq.

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, e não tendo havido discussão sobre a



mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 168/19 – Proposta n.º 57/2019 – DCDJ/DIBIM – Doação de máquinas de escrever elétricas

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 169/19 – Proposta n.º 58/2019 – DCDJ/DIBIM – Pedido de empréstimo de obra de arte

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 170/19 – Proposta n.º 59/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro – 37.º Concurso do Vestido de Chita da UCRD Praiense

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 171/19 – Proposta n.º 60/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à realização das Festas de S. Luiz da Serra

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 172/19 – Proposta n.º 61/2019 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 173/19 – Proposta n.º 62/2019 – DCDJ/DICUL – XIV Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal – Apoio financeiro ao GD O Independente

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 174/19 – Proposta n.º 63/2019 – DCDJ – Abertura de procedimento de reconhecimento do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) como entidade de interesse histórico, cultural e social local, nos termos e para os efeitos da Lei N.º 42/2017, de 14 de junho

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 a 62, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 175/19 – Proposta n.º 15/2019 – DES/GABS – Protocolo de Cooperação entre a Liga de Apoio Comunitário para o Estudo das Doenças Infeciosas (LACPEDI) e o Município de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 e 64, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 176/19 – Proposta n.º 09/2019 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2019

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

C) Período destinado à intervenção do Público

Sr. José Miguel Saldanha – É a primeira vez que cá venho e gostei deste bocado que passei aqui. Achei aqui coisas interessantes.

Venho aqui por causa de um imóvel em primeira mão. Comprei o imóvel em 2000, onde tive que pagar a alguém que trabalhava na Câmara nessa altura, para ter a licença de habitação para fazer a escritura desta casa.

Agora, quero vender o imóvel. Recebi hoje uma carta para pagar 2 mil e tal euros, por causa de um terreno onde, quando comprei a casa, eu, para entrar dentro de casa, tinha que passar por este terreno, onde existia um portão. Se, quando eu comprei a casa já existia o portão e já existia o terreno, como é que agora vêm-me pedir para pagar 2 mil e tal euros de um terreno que eu, quando comprei o imóvel, já lá existia.

A Sra. Vereadora deve saber do que é que se trata, mais ou menos. Portanto, é assim: se eu tiver que pagar estes 2 mil e tal euros eu vou pagar. Agora, eu queria saber é quanto tempo ainda vai levar para ter este assunto resolvido, porque já é a terceira pessoa que me desiste da casa, porque o processo nunca mais está concluído, desde 2000.

A Sra. Presidente, há bocado, falou que um processo na Câmara de Setúbal, levava dois meses. Este já leva não sei quanto tempo. O Vereador, há bocado, falou de injustiças. Eu acho que estou a ser injustiçado, por ter de pagar uma coisa que quando eu comprei já lá existia.



A pessoa já tem o empréstimo aprovado, se tenho que dizer à pessoa para desistir ou como é que é esta situação.

Sra. Presidente – Sr. Miguel Saldanha, quando eu, ainda há bocado, disse foi em processos que estão a entrar no urbanismo, não é este caso. É diferente, processos que estão a entrar e se estiverem todos completos. Este com certeza que tem problemas aqui no meio. Não é um processo de urbanismo, é a aquisição de um terreno.

Se se trata da aquisição de um terreno, porque, se calhar, foi o que você veio cá dizer abaixo, aquelas meninas maravilhosas do urbanismo, ainda há bocado ela estava ali, a Dra. Helena Moreira.

Você vai ter uma reunião comigo, que eu vou chamá-lo e ver com o processo do património.

Sr. José Miguel Saldanha – Na altura, as pessoas compraram o terreno para fazer construção e o terreno à frente das casas, as pessoas compraram posteriormente. Agora, a pessoa que me vendeu se comprou, se não comprou, eu não sei. Eu acho é injusto eu estar a pagar uma coisa, quando comprei a casa fui pedir uma licença de habitação e, agora, vou ter que pagar uma coisa que, penso eu, que não é justo. Mas, se tiver que pagar... Desde 2000 que ando aqui com isto.

Sra. Presidente - Eu tenho que chamar este processo. Você não paga nada, porque, com certeza, quando foi ali ao património e disse: *“Eu quero regularizar isto, para vender a minha casa e há um terreno à minha frente e não-sei-quê”*, se calhar, as nossas técnicas, entenderam que queria fazer a aquisição desse terreno.

Sr. José Miguel Saldanha – Foi feita uma obra que não estava legalizada. As medidas não estão certas e uma das medidas que não estavam certas é o terreno à frente, que já existia.

Sra. Presidente – Mas eu vou chamá-lo, com o processo que está no urbanismo, para ver o que é que aconteceu naquela área, naquele loteamento. Portanto, se for preciso, nós anulamos. Não estou a dizer que vamos anular. É preciso perceber o que é que aconteceu, está bem? Nós não queremos aqui injustiças.

Não deve ser por isso, porque a Câmara Municipal de Setúbal fica com mais mil, dois mil e tal de receita, além dos 88 milhões. Já chegámos aqui a ter menos impostos, não é a extorquir o dinheiro às pessoas. Não queremos isso.

Sr. José Miguel Saldanha – Acho injusto, mas, se tiver que pagar para ter isto resolvido, pago.

Sr. Augusto Cruz – Venho apresentar o caso que vem desde janeiro até agora, dizer e acrescentar, que ontem houve uma senhora, que caiu de rabo. Não sei se partiu o cóccix. Sei é que houve alguém que tratou dela, que eu tive que fugir daquilo.

Ponto 1. Pergunto a todos os presentes se acaso sabem onde é que está o Estado de Direito.
Ponto 2. Como devem e teriam o direito de conhecer ou saber que um Estado de Direito é, precisamente, aquele onde existe a própria confiança nos próprios órgãos de soberania, nas instituições ou agentes que são os representantes do próprio poder político.

Ponto 3. O que, na realidade, se passa entre nós é demasiadamente muito mau, péssimo. Antes, porém, afeta a moralidade da própria cidadania, que, infelizmente, não sabe os seus próprios direitos. Eis o gozo virtual de representatividade suscetível.

Ponto 4. Dá-me a total ideia de quem nos representa neste local tem que se deslocar a um qualquer médico ou médica. Isto porque o abuso de poder já excede demasiadamente os termos de conduta em não quererem resolver um facto concreto, onde as próprias vítimas são as pessoas idóneas, que caem nas próprias vias de corredor de passagem. O número é já tão vasto e elevado que me dá a própria ideia que os próprios responsáveis sofrem de



vigilambulismo, inclusive a própria senhora Presidente já tem o devido conhecimento das provas reais.

Acontece que desde o princípio do próprio ano de 2019 que venho a demonstrar o total péssimo fator de credibilidade. Devido, precisamente, ao próprio silêncio, pergunto: A senhora terá medo de alguém presente? Note que a senhora, que se deslocou ao local comigo, precisamente no dia 9 de março e que verificou o próprio estado da situação, onde foi testemunhado por variadíssimas pessoas. O próprio facto não é mentira. Inclusive, algumas pessoas idóneas já foram transportadas para o próprio hospital.

Ponto 5. Pergunto: que tipo de intelecção é o demonstrado?

Ponto 6. E, para concluir esta demonstração, pergunto à senhora Presidente: Para que serve o Estatuto dos Eleitos Locais, baseado na Lei 29/87 de junho, perante a Portaria n.º 441/02, de 22 de abril e para que serve, na realidade, o artigo 4.º (“Deveres”)? Evidentemente que não vou especificar toda a gama de obrigações e deveres. São tantos que nem sei o número total. Por acaso, não tomei nota.

Ponto 7. Carta Europeia da Autonomia Local, Decreto do Presidente da República n.º 58/90, de 23 de outubro. Baseado nos termos do artigo 138.º da alínea b) da Constituição e para concluir toda esta versatilidade, relembro, precisamente, o próprio quadro de competências do regime jurídico de funcionamento. Relembro-lhe as suas próprias obrigações perante o próprio artigo 64.º (“Competências”), porque não tenho qualquer tipo de confiança. Eis uma das razões porque não informo este tribunal, porque não tenho qualquer tipo de confiança, mas brevemente, como tenho outras obrigações motivadas por este tribunal, então, sim, informarei a própria Procuradora-Geral da República. O país precisa, urgentemente, de se salvar com o devido bom senso, que deve ser uma norma.

Ponto 8. Devo acrescentar, senhora presidente, que tipo de confusão estão a planificar. O próprio nível dá totalmente azo a uma hipoestesia, precisamente criativa, perante uma total falta de timopsiquia. Para que servem estes termos? Para vos lembrar a vossa memória. Portugal só pode evoluir quando, na realidade, perceber algo muito simples: A própria atividade política é algo muito nobre, que deve estar reservada aos melhores entre os melhores, aos que, inequivocamente, estão mais bem-sucedidos perante a própria intelecção. Esta será a única forma de alcançar qualquer tipo de êxito. Notem: O próprio país está a afundar-se num autêntico pântano de imoralidade. Tenho dito.

Simplesmente, senhora Presidente, escolha os seus verdadeiros parceiros para a sua comunidade política democrática, porque isto não pode continuar numa elevação das próprias pessoas idóneas, caiem. Já uma chorei porque a dor era tanta que eu estava a chorar com ela, porque eu, em tempos, quando eu jogava à bola, tive essa mesma dor.

Portanto, senhora Presidente, eu acho que não vale a pena eu estar a voltar, porque eu agora, quando for escrever à Procuradoria-Geral da República, precisamente porque este tribunal precisa de uma auditoria - digo-o, claramente -, precisa de uma auditoria, porque eu apresento os factos e as notas e vêm como (...) e eu respondo. Depois, já não me respondem. Estou à espera de um delegado do Ministério Público há três meses, para me responder àquilo que eu lhe escrevi. A coragem é nula. Portanto, chegou a altura de eu ter que avançar para a Procuradoria-Geral da República.

Eu só lhe peço uma coisa: Escolha de futuro. Se ganhar as eleições, seja a senhora a escolher. Seja a senhora a escolher, não tenha medo. Seja a senhora a escolher os elementos primordiais que a acompanham no desenvolvimento. É tudo quanto lhe peço.

Você sabe bem aquilo que no princípio trabalhámos. Sabe muito bem. Eu ajudei-a no possível. Dei-lhe ideias e a senhora aproveitou e ainda bem, porque isto é uma glória para mim. Só nós dois é que sabemos.

Portanto, é a minha glorificação é esta. Não venho aqui para fazer mal, eu venho aqui para as coisas estarem bem. Nós precisamos todos de estar bem. Eu, agora, com 77 anos, estou ainda melhor que aquilo quando tinha 50. Vejo hoje a repercussão nas pessoas, vejo uma necessidade das pessoas. Vejo um equilíbrio, porque há necessidade precisamente disso. Eu ando sozinho porque eu vejo que as pessoas são más umas para as outras, há um egoísmo.

Portanto, senhora presidente, acho que lhe estou a pedir pouco ou o que é muito para os outros. É só isso, está bom? OK.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Queria agradecer ao Sr. Cruz ter colocado a questão. Nós, por indicação da Sra. Presidente, fomos de imediato lá ao terreno. Aliás, fomos os dois ao terreno no próprio dia, mas, depois, fomos identificar a situação e encontramos 17 caixas. É que foram identificadas uma ou duas caixas que estavam a criar problemas e quedas às pessoas. Afinal, não são um ou duas, são 17, só na Rua Álvaro Castelões, e na zona envolvente são mais sete, todas.

As caixas são de diferentes operadores. Para já, identificámos três. Ainda falta identificar os outros. Qual é o problema das caixas? Elas terem uma tampa metálica que tem que ter o aro metálico adequado. Os aros metálicos estão todos destruídos. Das duas, uma, ou a Câmara compra as tampas das operadoras e os aros das operadoras e aplica. É uma hipótese. O que nós decidimos foi chamar os operadores e ter uma reunião com eles todos, a ver se eles põem aquilo rapidamente, cada um deles, ou, então, se eles nos fornecem o seu material. Nós fazemos a parte de construção civil, com o cimento e encaixamos, depois, as tampas e os aros que são deles.

Portanto, a situação não são 17, mas 23. Ainda é algum dinheiro e nós vamos chamá-los, a ver se conseguimos resolver este problema rapidamente. Mas o problema é mesmo grave, porque toda a estrutura da calçada cedeu ligeiramente. Como a zona das tampas tem uma zona de cimento armado que não deixa afundar, em cima do cimento armado está a zona do aro metálico e sobre o aro metálico é que cai a tampa metálica. À volta disto, tudo afundou menos isto. Portanto, temos que rebaixar isto tudo, repor o cimento, repor o aro metálico e repor a tampa metálica. É isso que é necessário fazer e é isso que vamos tratar e estamos a tratar, com a maior celeridade possível.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e dezassete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 22 de maio de 2019, por unanimidade, contém 50 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes

Conferida por:
Ana Cristina Claro